Universidades Lusíada

Simões, Maria José Mota, 1979-

Espaço público e socialização urbana : uma visão relacional

http://hdl.handle.net/11067/2159

Metadados

Data de Publicação 2016-04-14

Resumo O Espaço Público Urbano é o palco de vivências urbanas, onde os seus actores se cruzam ou interagem, formando o quotidiano da cidade. É o lugar onde se processa grande parte da socialização urbana, fornecendo indicadores do tipo de sociedade que o habita. O modo como a população se relaciona com o ecossistema, se apropria do espaço e se envolve no mesmo constitui parte integrante e fundamental na configuração da paisagem. “Os locais memoráveis são aqueles que traduzem uma interacção equilibrad...

Palavras Chave Espaços públicos, Espaços públicos - Planeamento, Planeamento urbano

Tipo masterThesis

Revisão de Pares Não

Coleções [ULL-FAA] Dissertações

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-10-12T03:58:31Z com informação proveniente do Repositório

http://repositorio.ulusiada.pt

U N I V E R S I D A D E L U S Í A D A D E L I S B O A

Faculdade de Arquitectura e Artes

Mestrado Integrado em Arquitectura

Espaço público e socialização urbana: uma visão relacional

Realizado por:
Maria José Mota Simões
Orientado por:
Prof.ª Doutora Arqt.ª Cristina Maria dos Santos Nunes Pires Caramelo Gomes

Constituição do Júri:

Presidente:	Prof. Doutor Horácio Manuel Pereira Bonifácio
Orientadora:	Prof.ª Doutora Arqt.ª Cristina Maria dos Santos Nunes Pires Caramelo Gomes
Arguente:	Prof.ª Doutora Arqt.ª Maria João dos Reis Moreira Soares

Dissertação aprovada em: 23 de Fevereiro de 2016

Lisboa

2015

UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Faculdade de Arquitectura e Artes

Mestrado Integrado em Arquitectura

Espaço público e socialização urbana: uma visão relacional

Maria José Mota Simões

Lisboa

Novembro 2015

UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Faculdade de Arquitectura e Artes

Mestrado Integrado em Arquitectura

Espaço público e socialização urbana: uma visão relacional

Maria José Mota Simões

Lisboa

Novembro 2015

Maria José Mota Simões

Espaço público e socialização urbana: uma visão relacional

Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitectura e Artes da Universidade Lusíada de Lisboa para a obtenção do grau de Mestre em Arquitectura.

Orientadora: Prof.ª Doutora Arqt.ª Cristina Maria dos Santos Nunes Pires Caramelo Gomes

Lisboa

Novembro 2015

Ficha Técnica

Autora Maria José Mota Simões

Orientadora Prof.ª Doutora Arqt.ª Cristina Maria dos Santos Nunes Pires Caramelo Gomes

Título Espaço público e socialização urbana: uma visão relacional

Local Lisboa

Ano 2015

Mediateca da Universidade Lusíada de Lisboa - Catalogação na Publicação

SIMÕES, Maria José Mota, 1979-

Espaço público e socialização urbana : uma visão relacional / Maria José Mota Simões ; orientado por Cristina Maria dos Santos Nunes Pires Caramelo Gomes. - Lisboa : [s.n.], 2015. - Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura e Artes da Universidade Lusíada de Lisboa.

I - GOMES, Cristina Maria dos Santos Nunes Pires Caramelo, 1963-

LCSH

1. Espaços públicos
2. Espaços públicos - Planeamento
3. Planeamento urbano
4. Universidade Lusíada de Lisboa. Faculdade de Arquitectura e Artes - Teses
5. Teses - Portugal - Lisboa
1. Public spaces
2. Public spaces - Planning
3. City planning
4. Universidade Lusíada de Lisboa. Faculdade de Arquitectura e Artes - Dissertations
5. Dissertations, Academic - Portugal - Lisbon

LCC

1. NA9053.S6 S56 2015

Parado e atento à raiva do silêncio
de um relógio partido e gasto pelo tempo
estava um velho sentado no banco de um jardim
a recordar fragmentos do passado

na telefonia tocava uma velha canção
e um jovem cantor falava da solidão
que sabes tu do canto de estar só assim
só e abandonado como o velho do jardim?

o olhar triste e cansado procurando alguém
e a gente passa ao seu lado a olhá-lo com desdém
sabes eu acho que todos fogem de ti pra não ver
a imagem da solidão que irão viver
quando forem como tu
um velho sentado num jardim

passam os dias e sentes que és um perdedor
já não consegues saber o que tem ou não valor
o teu caminho parece estar mesmo a chegar ao fim
pra dares lugar a outro no teu banco do jardim

Velho
Mafalda Veiga

APRESENTAÇÃO

O Espaço Público Urbano é o palco de vivências urbanas, onde os seus actores se cruzam ou interagem, formando o quotidiano da cidade. É o lugar onde se processa grande parte da socialização urbana, fornecendo indicadores do tipo de sociedade que o habita.

O modo como a população se relaciona com o ecossistema, se apropria do espaço e se envolve no mesmo constitui parte integrante e fundamental na configuração da paisagem.

"Os locais memoráveis são aqueles que traduzem uma interacção equilibrada entre o homem e o meio, ostentando uma identidade singular que as pessoas reconhecem facilmente." (Brandão, 2002 apud Francisco)[1]

A presente dissertação procura reflectir sobre o processo de interacção humana no Espaço Público, no contexto urbano, abordando a influência das especificidades físicas e sociais de um espaço exterior público sobre o comportamento humano.

Palavras-chave: Espaço, Público, Urbano, Socialização, Interacção, Comportamento.

[1] BRANDÃO, P., – FRANCISCO, Marlene Duarte (2002) – Espaço Público Urbano: Oportunidade de Identidade Urbana Participada. Lisboa.

PRESENTATION

The Urban Public Space is the stage of urban experiences, where it's actors cross or interact, forming the daily life of the city. It's the place where a large proportion of urban socialization is lived and provides indicators about the kind of society that inhabits it.

The way the population relates with the ecosystem, appropriates the space and gets engaged with it, forms an integral and fundamental part of the landscape configuration.

"Memorable sites are those that reflect a balanced interaction between man and the environment, boasting a unique identity that people easily recognize." (Brandão, 2002 apud Francisco)[2]

This dissertation seeks to reflect on the process of human interaction in the Public Space, within the urban context, embracing the influence of the physical and social characteristics of an exterior public space over human behavior.

Keywords: Space, Public, Urban, Socialization, Interaction, Behavior.

[2] BRANDÃO, P., – FRANCISCO, Marlene Duarte (2002) – Espaço Público Urbano: Oportunidade de Identidade Urbana Participada. Lisboa.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Elemento para medição de qualidade ambiental urbana (Mora, 2009) .. 20

Ilustração 2 – Tipologias das Praças Urbanas (Robert Krier) 27

Ilustração 3 – Formas fundamentais das Praças (Gordon Logie) 28

Ilustração 4 – Relação entre Praças e Ruas (Carlos Caro e Juan Rivas) 30

Ilustração 5 – Efeito dos planos laterais (Carlos Caro e Juan Rivas) 32

Ilustração 6 – Diagrama do Lugar (PPS, 2012) 47

Ilustração 7 – Diagrama Pressão / Estado / Resposta (Balotta de Oliveira, P. e Bitar, O., 2006) 51

Ilustração 8 – Basílica de Nossa Senhora dos Mártires 60

Ilustração 9 – Fotografia Aérea da Rua Garrett e Zona Envolvente 60

Ilustração 10 – Mapa da Rua Garrett e Zona Envolvente 60

Ilustração 11 – Rua Garrett, Edifícios 61

Ilustração 12 – Rua Garrett, Zona de Esplanadas 62

Ilustração 13 – Armazéns do Chiado 62

Ilustração 14 – Rua Garrett 62

Ilustração 15 – Artistas de Rua 62

Ilustração 16 – Diagrama de Circulação Automóvel 63

Ilustração 17 – Fotografia Aérea da Rua de São Paulo e Zona Envolvente 64

Ilustração 18 – Rua de São Paulo 64

Ilustração 19 – Túnel na Rua de São Paulo (Este) 64

Ilustração 20 – Entrada do Ascensor da Bica 64

Ilustração 21 – Extremidade Este da Rua de São Paulo 65

Ilustração 22 – Extremidade Oeste da Rua de São Paulo 65

Ilustração 23 – Rua de São Paulo, Fachadas dos Edifícios 66

Ilustração 24 – Praça de São Paulo 67

Ilustração 25 – Rua de São Paulo..... 67

Ilustração 26 – Fotografia Aérea da Praça da Figueira e Zona Envolvente..... 68

Ilustração 27 – Praça da Figueira, Edifícios 69

Ilustração 28 – Diagrama de Circuitos Automóveis 69

Ilustração 29 – Praça da Figueira, Perspectiva Interior 70

Ilustração 30 – Praça da Figueira, Perspectiva Aérea..... 70

Ilustração 31 – Fotografia Aérea da Praça Luís de Camões e Zona Envolvente..... 71

Ilustração 32 – Praça Luís de Camões, Perspectiva Interior 72

Ilustração 33 – Praça Luís de Camões, Intersecção com a Rua do Alecrim 72

Ilustração 34 – Praça Luís de Camões, Entrada para o Bairro Alto..... 73

Ilustração 35 – Praça Luís de Camões, Perspectiva da Rua do Alecrim 73

Ilustração 36 – Quiosque e Esplanada 74

Ilustração 37 – Estátua Luís de Camões..... 74

Ilustração 38 – Frequência Nocturna 74

Ilustração 39 – Dia de Manifestação 74

Ilustração 40 – Fotografia Aérea do Largo das Portas do Sol e Zona Envolvente..... 76

Ilustração 41 – Fotografia Aérea do Largo das Portas do Sol e Zona Envolvente..... 76

Ilustração 42 – Palácio dos Condes de Azurara..... 77

Ilustração 43 – Miradouro e Estátua de São Vicente 78

Ilustração 44 – Cobertura do Silo de Estacionamento 79

Ilustração 45 – Pátio Projectado 79

Ilustração 46 – Fotografia Aérea do Largo do Rato e Zona Envolvente 80

Ilustração 47 – Edifícios, Largo do Rato..... 81

Ilustração 48 – Edifícios, Largo do Rato..... 81

Ilustração 49 – Largo do Rato, Ocupação do Espaço 82

Ilustração 50 – Largo do Rato, Ocupação do Espaço 82

Ilustração 51 – Largo do Rato, Ocupação do Espaço 83

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Classificação de Áreas Recreativas 23

Tabela 2 – Especialização Funcional dos Espaços Públicos Urbanos 24

Tabela 3 – Ensaio de tipificação dos Espaços Públicos Urbanos..... 24

Tabela 4 – Objectivos e Indicadores 55

Tabela 5 – Dimensões Globais dos Casos de Estudo..... 84

Tabela 6 – Áreas de Ocupação do Pavimento: Pedonal/Circulação de Veículos 86

Tabela 7 – Identificação de Condições de Permanência..... 88

Tabela 8 – Identificação de Equipamentos/Actividades 89

Tabela 9 – Formas de Ocupação do Espaço 90

SUMÁRIO

1. Introdução 13
1.1. Enquadramento 13
1.2. Motivação 15
1.3. Objectivos 16
2. Cidade e Ordenamento do Território 17
3. Espaço Público Urbano 18
3.1. Propostas de Tipologias do Espaço Público 22
3.1.1. Forma e Estrutura Formal 26
3.1.2. Dimensões e Relações Dimensionais 33
3.1.3. Arquitectura dos Edifícios Envolventes 36
4. Qualidade do Espaço Público 38
4.1. Critérios de Qualidade do Espaço Público 38
4.2. Metodologias de Avaliação dos Espaços Públicos 46
4.2.1. Metodologias de Avaliação Associadas às Tipologias 51
5. Casos de Estudo 58
5.1. Enquadramento 58
5.1.1. Rua Garret 59
5.1.2. Rua de São Paulo 63
5.1.3. Praça da Figueira 67
5.1.4. Praça Luís de Camões 71
5.1.5. Largo das Portas do Sol 75
5.1.6. Largo do Rato 79
5.2. Casos de Estudo: Análise Comparativa 84
5.3. Conclusões Específicas 92
6. Conclusões 94
Referências Bibliográficas 96
Bibliografia 98

1. INTRODUÇÃO

1.1. ENQUADRAMENTO

"*Os indivíduos são actores que actuam num palco (contexto habitual de interacção), estruturando o seu desempenho para impressionar a plateia (outros indivíduos).*" (Goffman, 1959)[3].

Desde sempre que se atribuiu enorme importância aos espaços de interacção social e, mesmo quando o planeamento urbano não ocupava lugar no pensamento do homem, este sempre sentiu necessidade de relacionamento interpessoal, pelo que se tornou fundamental a concepção de espaços com esse fim. Desta forma teve início o desenvolvimento de espaços que respondessem a essa necessidade, destinados a diferentes práticas sociais, que apenas mais tarde se denominariam de Espaços Públicos.

> Uma reunião de estranhos é um lócus de imprevisibilidade endémica e incurável. Os espaços públicos são locais em que os estranhos se encontram e portanto constituem condensações e encapsulações dos traços definidores da vida urbana. É nos espaços públicos que a vida urbana, com tudo que a separa de outras formas de convívio humano, alcança sua expressão mais plena, em conjunto com suas alegrias e tristezas, premonições e esperanças mais características... [S]em suprimir as diferenças, de facto ele (o espaço público) as celebra. (Bauman, 2007, p. 102-103)[4].

Os Espaços Públicos assumem um papel fundamental na estruturação das cidades e no desenvolvimento da vida social, sendo identificados como lugares onde se processa grande parte da socialização urbana, palco de diversas acções e acontecimentos relevantes, estabelecendo um reflexo da sociedade e um retrato da cidade.

A base social do Espaço Público Urbano é constituída pelas pessoas que o vivenciam, com as suas impressões, necessidades e expectativas, ligações ao lugar e participação activa na criação e manutenção desse mesmo espaço. Assim, a acção humana é a característica fundamental das vivências urbanas, dependendo da contínua presença de outros homens, que agem e interagem uns com os outros no seio de uma vida em sociedade.

[3] GOFFMAN, Erving (1959) – Comportamento Em Lugares Públicos. Petrópolis: Editora Vozes.
[4] BAUMAN, Zygmunt (2011) – Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Zahar.

Um mesmo espaço é vivenciado, ao longo do tempo, por uma enorme multiplicidade de pessoas, o que poderá provocar variação de expectativas e necessidades, dependendo não apenas da diversidade cultural, da heterogeneidade de grupos ou de fluxos migratórios, mas também da evolução dos conhecimentos e da oscilação de interesses que um mesmo grupo pode apresentar para um mesmo espaço, ao longo do tempo. (Favacchio, apud O Planeamento do Espaço Público e a Qualidade das Cidades, 2002, p. 9).[5]

Assim, sendo certo que a cidade sofre mutações, podemos afirmar que para cada sociedade e em cada momento existe um conjunto determinado de condições para compreender, sentir e agir nas oportunidades oferecidas pelo espaço. Por outro lado, o espaço vai-se adaptando às mudanças impostas por estas condições.

[5] FAVACCHIO, Alberto Rizzone (2002) – O Planeamento do Espaço Público e a Qualidade das Cidades. Lisboa: Dissertação para a obtenção do grau de mestre em Planeamento Regional e Urbano.

1.2. MOTIVAÇÃO

A escolha do tema abordado na presente Tese de Dissertação está relacionada com a realização do trabalho de projecto na cadeira de 5.º ano de Projecto II, que implicou a concepção de um Espaço Público (interior e exterior) passível de oferecer actividades culturais inclusivas. Este espaço visava a disponibilização de formações e espectáculos de dança para diferentes tipos de público, possibilitando e proporcionando a sua coabitação, num sistema gerador de partilha de interesses e conhecimentos.

A tomada de consciência da crescente individualização dos novos Espaços Públicos Urbanos foi importante para a reflexão que se constituiu como um elemento estrutural do projecto apresentado.

A relação das transformações físicas e psíquicas dos utilizadores com a essência dos Espaços Públicos Urbanos, capazes de proporcionar vivências sociais, inter-relações humanas e satisfação pessoal, e a capacidade de transformação para corresponder às expectativas humanas constitui a principal motivação do trabalho de pesquisa apresentado.

1.3. OBJECTIVOS

O principal objectivo que determinou a escolha do tema da presente dissertação é o estudo e reflexão acerca da dinâmica das relações inter-pessoais em contexto de Espaço Público Urbano.

Para a sua concretização recorremos à observação e avaliação de alguns desses espaços, localizados na cidade de Lisboa.

Ao longo do processo de concepção da tese de dissertação, outros objectivos, encadeados no primeiro, surgiram, tais como: a avaliação da qualidade do Espaço Público, a análise da motivação para a permanência em determinados espaços e de que forma a organização do espaço e as suas características físicas potenciam a dinâmica e o comportamento dos que nele habitam temporariamente.

Por último, poderemos então tecer considerações acerca do que as pessoas, consoante as variações das suas características pessoais, mais relevam num Espaço Público Urbano.

Para a condução da abordagem do tema, iniciámos pela delimitação da sua estrutura, através de uma abordagem teórica, na qual abordamos as características físicas e sociais do Espaço Público e, posteriormente, a observação empírica de casos de estudo.

2. CIDADE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

A noção de Espaço Público sofreu alterações que se materializam na cidade de modos diferentes, podendo por isso identificar-se contrastes entre os Espaços Públicos "tradicionais" e os "modernos".

A noção de Urbanismo surge no Século XX e com ela diferentes modos de pensar e desenhar a cidade pelo que, nos anos 60 ("modernismo clássico") deu-se o abandono do Espaço Público devido a uma perspectiva de implantação funcionalista do solo em que "*a forma urbana não era gerada a partir da produção de uma estrutura de Espaço Público (…)*" (Castro, A., 2002, p. 56)[6], encarando-se como resultado um Espaço Público sem qualidade, com características de monofuncionalidade, fragmentação, zonamento excessivo e rigidez da forma física.

Este pensamento viria a ser alterado por volta dos anos 80, altura em que se assiste a uma concorrência urbana, o que direccionou atenção para a criação de Espaços Públicos de qualidade, visando a melhoria das vivências urbanas e o pensamento sustentável da vida urbana. Assim, passou a ser comum o uso de "*nova cultura de cidade*" para a contemporaneidade, onde o Espaço Público se assumiu como "(…) *um elemento de competitividade entre as cidades, já que se elevou o padrão cultural de expectativas e os termos comparativos da qualidade de vida*". (Castro, A., 2002, p. 56)[7].

No final do século XX assiste-se "*por um lado, a um retorno em força dos Espaços Públicos como elementos centrais dos projectos urbanos e, por outro lado, se descobre que o Espaço Público gerando dinâmicas quotidianas essenciais pode ser um instrumento importante e profícuo de coesão social e material da cidade (…)*" pelo que se reconheceu que "*(…) o esquecimento da sua dimensão pública podia estar na origem da crise do laço social e da crise de cidadania que hoje se conhece*". (Castro, A., 2002, p. 56)[8].

[6] CASTRO in Artigo ESPAÇO PÚBLICO URBANO: Oportunidade de Identidade Urbana Participada.
[7] idem
[8] idem

3. ESPAÇO PÚBLICO URBANO

Na perspectiva do Arquitecto e Urbanista Luiz Castro[9], quando falamos em Espaços Públicos, referimo-nos aos lugares urbanos que, sustentados por infra-estruturas e equipamentos colectivos, conferem suporte à vida em comum: ruas, avenidas, praças, parques.

> Nessa acepção, são bens públicos, carregados de significados, palco de disputas e conflitos, mas também de festas e celebrações. Esses dois sentidos se interpenetram e, mais, não podem ser tomados fora de suas articulações ao domínio privado - o qual inclui pessoas, famílias, grupos, empresas, corporações. Limites, estrutura, forma e função desses espaços constituem partes de agenciamentos complexos e dinâmicos, que se diferenciam conforme países e culturas. Para arquitectos e urbanistas, o desafio é expressar tal complexidade de modo crítico, não redutivo, empenhado e por vezes insurgente, apontando outras práticas possíveis. (Castro, L., 2007)[10]

Segundo François Ascher, as formas das cidades cristalizam e reflectem as lógicas das sociedades que acolhem, nomeadamente: as cidades antigas eram norteadas pelos princípios religiosos e militares, agrupando-se atrás de muralhas e organizando-se em corporações em redor da praça do mercado, expressando espacialmente as solidariedades e dependências que caracterizam as populações citadinas no seio das cidades feudais. Progressivamente, o desenvolvimento das sociedades foi implicando novas lógicas de concepção e funcionamento das cidades.

"*A dinâmica da urbanização está ligada ao potencial de interacções que as cidades oferecem, à sua 'urbanidade', isto é, ao poder multiforme que gera o reagrupamento de grandes quantidades de população num mesmo lugar*". (Ascher, F. 2008, p.21)[11]

Ao longo da história do urbanismo, as transformações repentinas e desorganizadas deram aso a que o Espaço Público fosse tratado como residual.
O conceito de Espaço Público "*tradicional*" remete-nos para uma definição bem vincada dos espaços, em que a praça assumia um papel preponderante e a rua era reduzida a um local de passagem.

[9] CASTRO, Luiz Guilherme Rivera - arquiteto e urbanista pela FAUUSP, professor e pesquisador na FAU Mackenzie, coordena a pesquisa Espaços Públicos e urbanismo contemporâneo desde 2007 in http://au.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/232/o-que-e-espaco-publico-292045-1.aspx.
[10] IDEM
[11] ASCHER, François (2008) Novos Princípios do Urbanismo. Lisboa: Livros Horizonte.

O conceito de Espaço Público "*contemporâneo*" evidencia a preocupação na criação de um elemento aglutinador das diversas estruturas urbanas dispersas. Além dos Espaços Públicos Urbanos, outros poderão ser enunciados, com especificidades mais demarcadas, tais como os centros comerciais, as estações de metro e os museus.

Nos últimos 40/50 anos tem-se assistido a um crescente interesse pela qualidade dos espaços urbanos e a vida que se desenvolve nos mesmos.

A análise do Espaço Público Urbano proporciona conhecimento sobre o funcionamento do sistema urbano, integrando e agregando o papel territorial e funcional da cidade, consolidando laços sociais. Deste modo, o Espaço Público Urbano constitui-se como um palco de manifestações várias (como as sociais) que contribuem para a qualidade de vida, marcando a identidade da cidade, carregam simbologias (politicas e culturais), ostentam funções várias e usos específicos e recebem grupos sociais variados, com distintas expectativas.

Em suma, estes espaços classificam-se como elementos qualificadores da colectividade tanto em termos materiais (urbanísticos, ocupação física) como também em termos imateriais (históricos, culturais, sociais, de identidade) que condicionam a vivência urbana. (Francisco, M.)[12]

O Espaço Público Urbano constitui uma organização estrutural que serve de palco para diversas actividades sociais, que têm como base diversos factores, entre eles, a relação entre a forma e a configuração dos edifícios circundantes, a sua uniformidade ou variedade, as suas dimensões absolutas e proporções relativas, a convergência das ruas e a localização dos monumentos, fontes, ou outros elementos bi ou tridimensionais.

"*(…) o espaço tem capacidade para estimular tipos particulares de comportamentos*".[13]

[12] FRANCISCO, Marlene Duarte. Espaço Público Urbano: Oportunidade de Identidade Urbana Participada. Lisboa.

[13] HEITOR, Teresa Frederica Tojal de Valsassina (1996) – A vulnerabilidade do espaço em Chelas: uma abordagem sintáctica. Lisboa: Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa. Dissertação para a obtenção do Grau de Doutor em Engenharia do Território. A autora refere ser esta a premissa que serviu de base à "teoria da territorialidade" explorada por Chermayeff e Alexander, Newman, Altman e Coleman.

A permanência num determinado espaço, dotado de uma forma, dimensão, estrutura, luz (etc) específicas, influencia a resposta comportamental. Esta resposta é o resultado de um carácter, de uma atmosfera espiritual, a qual permite a relação entre o indivíduo e o espaço, identificando-o como um lugar, dotando-o de vida, o que contribui para a identificação perante os outros. Essa identificação ou sintonia com o espaço, esse sentido de localização perante a posição que se ocupa numa rua, numa praça ou num largo é que nos faz identificar um Espaço Público como sendo exclusivo e distinto de todos os outros.

No entanto, os Espaços Públicos Urbanos devem sobretudo permitir que diversas faixas da sociedade se possam integrar, incentivando o encontro, a recreação, a estadia e o contacto (Mora, 2009).[14]

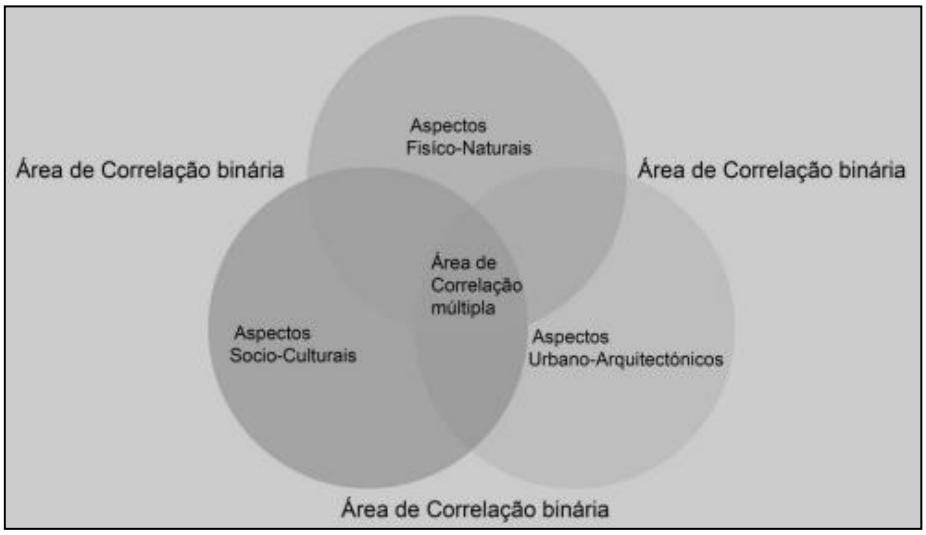

Ilustração 1 - Elemento para medição de qualidade ambiental urbana (Mora, 2009)

Numa abordagem mais sociológica, Espaços Públicos são vistos como os locais onde se desenrola a interacção do homem com outros indivíduos do seu "*Habitat Natural*". São espaços que constituem elementos estruturantes e delineadores do desenho urbano, representando um papel importante na continuidade e funcionalidade do sistema da cidade, constituindo os Espaços Públicos "*marcos de identidade da cidade*".

[14] Mora, M. (2009) – Indicadores de Calidad de Espacios Públicos Urbanos, para la vida ciudadana, en Ciudades intermedias. Los pueblos americanos: câmbios y continuidades. La construcción de lo próprio en un mundo globalizado. 53º Congresso Internacional de Americanistas. Cidade do México.

Os elementos principais para a definição do Espaço Público são a praça e a rua, espaços estes que são vistos como "*(...) um território de todos e de ninguém em particular*". Elaborar uma definição tipológica mais específica de Espaço Público resultaria demasiado "*extensa e heterogénea*", visto que esta inclui vários elementos desde "*(…) jardins e calçadas, largos e alamedas, parques urbanos e espaços residuais entre urbanizações, parque infantis, entre outros"*. No entanto, a estes ainda se podem juntar todos os elementos morfológicos que podem ser visíveis a partir destes espaços. Assim, "*engloba por um lado aquilo a que chamamos paisagem urbana, e por outro as fachadas que formam a interface entre o Espaço Público e o privado*" (Gonçalves, 2006).[15]

São as características físicas do espaço exterior público que influenciam a sua leitura, a forma como o sentimos e vivenciamos.

[15] GONÇALVES, Jorge Manuel (2006) – Os Espaços Públicos na reconfiguração física e social da cidade. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

3.1. PROPOSTAS DE TIPOLOGIAS DO ESPAÇO PÚBLICO

A tomada de consciência dos diferentes tipos de ocupação do espaço gerou a necessidade de uma segmentação lógica dos Espaços Públicos Urbanos.

"*Desporto, contemplação, circulação e atravessamento, convívio, etc. são características que, em cada momento, poderão suscitar uma procura mais ou menos intensa, consoante as actividades consideradas socialmente mais relevantes.*" (Gonçalves, 2006. p. 62)[16]

Vários autores têm direccionado a sua atenção à tipologia dos Espaços Públicos Urbanos.

De acordo com Gonçalves, Seeley[17] apresenta uma perspectiva relacionada com Espaços de Recreio e de Lazer, manifestando especial preocupação com a distinção destes dois conceitos "*lazer e recreio ocupam parte significativa da obra, optando sobretudo pelo segundo, entendido aqui como uma das modalidades de ocupação do lazer, o desporto físico ou actividades intelectuais.*" Para melhor entender a proposta tipológica apresentada por Seeley, Gonçalves sugere a análise das vantagens por si apresentadas, no que respeita aos momentos de recreação: "*apoiar o desenvolvimento, movimento, coordenação corporal através das actividades físicas; contribuir para a sobrevivência e segurança; aprofundar o gosto pela natureza; promover a estabilidade mental, descomprimido do mundo do trabalho. É uma forma de relaxe.*"

As vantagens enunciadas podem ser vivenciadas em diferentes espaços, organizados de acordo com o tipo de oferta e com a postura do utilizador, formalizando assim a sua proposta de tipificação:

[16] GONÇALVES, Jorge Manuel (2006) – Os Espaços Públicos na reconfiguração física e social da cidade. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
[17] SEELEY, Ivor H. (1973) – Outdoor Recreation and the Urban Environment. Londres: Macmillan Press Lda.

Tabela 1 – Classificação de Áreas Recreativas

Item	Tipos de Área Recreativa		
	Baseados no utilizador	**Baseados nos recursos**	**Intermédios**
Localização comum	Próximo dos utilizadores	Junto dos recursos; podem encontrar-se longe de grande parte dos utilizadores	A maioria não está demasiado afastada dos utilizadores; Estão próximos dos recursos, embora a distância seja uma séria limitação
Actividades dominantes	Jogos como ténis, natação, piqueniques, zoos, etc.	Interesse científico e histórico; pesca e caça, campismo	Utilizados para acampar, pescar, nadar e caçar
Período mais intenso de uso	Período pós-laboral ou pós-escolar	Férias e fins-de-semana alargados	Saídas de dia inteiro e fins-de-semana
Dimensões	1-100 hectares	Milhares de hectares	De 20-1000 hectares ou mais
Responsáveis	Autarquias e privados	Parques Nacionais; reservas naturais; Áreas Protegidas	Sítios de interesse paisagístico, faunístico, entre outros

Fonte: Adaptado de Seeley (1973)

Para Seixas (ana et al. (1997) apud Gonçalves)[18] os Espaços Públicos Urbanos foram colocados no "*centro de uma problemática dominantemente urbana e geográfica, ao sublinhar o seu valor simbólico e referenciador a par das suas funções mais óbvias de organizadores do tecido urbano e de garantia das condições para circulação automóvel e pedonal*." Assim, entende-se que a função fundamental de praças, jardins, e ruas seria garantir, de modo eficiente, a satisfação das necessidades do peão. A autora dividiu os EPU em Espaços Lineares e Espaços Não Lineares, verificando-se que a praça é o espaço com maior capacidade de concretização de funções.

[18] GONÇALVES, Jorge Manuel (2006) – Os Espaços Públicos na reconfiguração física e social da cidade. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

Tabela 2 – Especialização Funcional dos Espaços Públicos Urbanos

Funções	Espaços lineares	Espaços não lineares	
	Rua	Praça	Jardim
Circulação	*	*	*
Acesso	*	*	*
Comércio	*	*	
Recreio		*	*
Lazer		*	*
Cultura		*	*

Fonte: Adaptado de Seixas (1997)

Os espaços deixados livres pela edificação urbana são dominados pela ideia de Espaço Público Urbano, no entanto a disparidade funcional, espacial e simbólica entre eles é muito significativa.

Averiguando agora o grau de utilização dos Espaços Públicos Urbanos, adopta-se a tipologia proposta por Brandão Alves (2003)[19] dos finais dos anos 90, por se centrar no território nacional e por se debruçar sobre a qualidade dos Espaços Públicos Urbanos.

Tabela 3 – Ensaio de tipificação dos Espaços Públicos Urbanos

Tipo/Designação	Descrição
Ruas	
Ruas pedonais	Dedicadas exclusivamente ao fluxo de peões e, pelas suas implicações no consumo, têm sido criadas sobretudo nas áreas urbano/comerciais a revitalizar. São complementadas com elementos de conforto urbano como o arranjo de fachadas, do piso, mobiliário urbano, vegetação, iluminação, segurança, etc.
Percursos/eixos pedonais	Troços urbanos de intenso fluxo pedonal aproveitando os maiores níveis de densidade comercial, passeios mais longos e agradáveis, locais de mais fácil acesso em transporte público ou em transporte individual.
Ruas predominantemente motorizadas	Vias de primeiro nível, canalizando os principais fluxos automóvel. Articulam as partes fundamentais de cidade e da área metropolitana.
Ruas de tráfego condicionado	São consideradas espaço público genérico, embora admitindo a presença esporádica de veículos automóveis (por ex.: Expo 98).

[19] GONÇALVES, Jorge Manuel (2006) – Os Espaços Públicos na reconfiguração física e social da cidade. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

Ruas partilhadas	Vias concebidas/utilizadas por modos de transporte "amigáveis": vias cicláveis, "trans", entre outros.
Tipo/Designação	**Descrição**
	Praças e Largos
Praças e Pracetas	Espaço deliberadamente não construído entre edificações, podendo ter funções políticas, simbólicas, socias, etc. O facto de ser um local tradicionalmente de concentração de pessoas, induz o aparecimento de actividades comerciais e de serviços. A ausência de rentabilidade destes espaços implica uma menor visibilidade no urbanismo actual.
Largos	Com dimensões variáveis, distinguem-se das praças e pracetas por serem espaços mais limitados. Aí raramente se observa a presença de comércio e outras actividades. Nesta categoria encontramos os adros de igreja ou os largos de implantação dos pelourinhos.
	Espaços Comerciais
Largo de Mercado e Feira	Espaços abertos, do tipo praças ou largos ou respectivos prolongamentos (ruas, jardins, entre outros) que são ocupados com uma determinada frequência (periódica ou sazonal) por práticas comerciais. Em Portugal, surgem em meios urbanos como uma herança da presença de aparelhos comerciais débeis, periodicamente colmatados com os mercados.
	Espaços Verdes
Parques Urbanos	Também designados por parques verdes urbanos, são espaços arborizados integrados no sistema ecológico urbano. Mesmo os mais antigos apresentam regras de utilização definidos por planos de ordenamento. A sua localização é preferencialmente junto a áreas mais sensíveis na perspectiva ecológica (forte erosão, linhas de água,…) Recentemente, em Portugal, fazem parte dos espaços indispensáveis à auto-estima dos residentes (e políticos), surgindo um pouco por todas as cidades. A sua crescente dimensão levanta problemas ainda não completamente resolvidos como o de acessibilidade, segurança, manutenção.
Jardins	De dimensões mais reduzidas do que os parques, não apresentam grande variabilidade, quer na área, quer na configuração e valências. Estão dispersos pela área urbana, envolvidos ou por edificações ou por vias motorizadas.
	Outros
Frentes Mar/Rio	Tratamento paisagístico e funcional de áreas adjacentes a planos de água, recentemente valorizados pela sua qualidade paisagística ou amenidade climática. Em conjunto com os parques verdes urbanos, constituem o âmago dos investimentos municipais mais representativos, actualmente. Aliás, veja-se a discriminação das intervenções ao abrigo do Programa POLIS.
Espaços Intersticiais	Áreas residuais de difícil caracterização e de uso híbrido, mas permitindo sempre a utilização pública. Servem para resolver problemas de desenho urbano, ou topográfico: escadarias, alargamento de passeios, impasses, etc.
Recintos de Lazer, Recreio e Desporto	Muitas vezes inscritos noutros espaços, como jardins e parques, podem surgir com uma autonomia própria, isolados de quaisquer outros equipamentos ou tipo de EPU. São corporizados pelos polidesportivos, campos de jogos, miradouros, parques infantis, etc.

Fonte: Adaptado de Brandão Alves (2003)

3.1.1. FORMA E ESTRUTURA FORMAL

A forma do Espaço Público Urbano pode ser entendida segundo duas perspectivas distintas, embora não dissociáveis, que, além de determinar a possibilidade/inibição de determinadas actividades, também reúnem factores de identificação das pessoas com o espaço.

A primeira perspectiva refere-se à forma definida pela configuração da planta: relação entre as dimensões que definem o plano do solo do espaço, com ênfase nos limites bidimensionais do espaço.

A segunda perspectiva centra-se na estrutura formal, reportando-nos para o volume aparente do espaço, resultante da conjugação dos elementos tridimensionais do espaço.

A estrutura formal dos espaços determina não apenas o tipo de utilização, mas também a disponibilidade das pessoas em permanecer nos mesmos, através do sentimento de identificação e bem-estar produzidos. Um espaço perceptível é um espaço que potencia a sua utilização, uma vez que o contrário produz um sentimento de relutância. Se não percebermos o espaço em que estamos sentimos resistência em usá-lo. Os Espaços Públicos têm vários usos e estes alteram-se com o tempo. É a relação com a forma, entendida como estrutura física, que se mantém.

No que se refere à forma determinada pela configuração da planta, a **Praça** é o espaço que sugere melhor leitura.

Robert Krier[20] define três configurações, baseando-se nas formas de três figuras geométricas: o quadrado, o círculo e o triângulo. A partir destas formas poderão ser aplicados diferentes processos de transformação (dobrar, dividir, somar, penetrar, sobrepor, misturar e distinguir), o que resultará em diversas tipologias geometricamente regulares e irregulares possíveis para a planta da praça.

[20] KRIER, Robert (1975) – L'espace de la ville. Belgica: AAM editions.

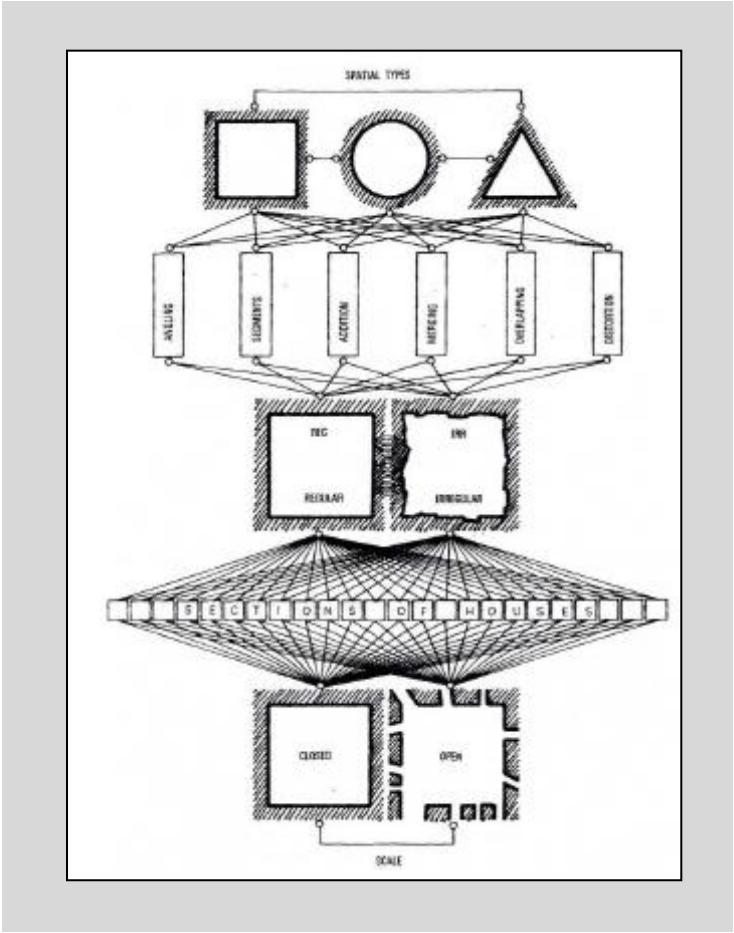

Ilustração 2 – Tipologias das Praças Urbanas (Robert Krier)

Pela análise feita por Carlos Caro e Juan Rivas[21] ao quadro das formas fundamentais de praças, de Gordon Logie, temos as seguintes configurações principais do espaço Praça:

- Praça quadrada: apresenta uma grande equidade, o que tende a criar alguma dificuldade no destaque de elementos.
- Praça rectangular: o desenho da planta permite realçar edifícios, sendo mesmo considerada por este autor como a "praça com clímax para um edifício".
- Praça em forma de "L": resultado da combinação de dois espaços, com vista à obtenção de um espaço maior, onde as vistas dos extremos do espaço são ampliadas e cuja intersecção dos braços sugere ser a melhor localização de elementos simbólicos.
- Praça semicircular: capta as vistas para o centro da aresta recta do semicírculo.
- Praça triangular: parece ser o resultado da intersecção irregular de ruas.

[21] CARO, Carlos Martinez; RIVAS, Juan Luis(1990) – Arquitectura urbana – elementos de teoria y diseño, 2ª edição. Madrid:. Libreria Editorial Bellisco.

- Praça circular: a mais encerrada sobre si própria e com um contorno muito explícito, que reforça a sua identidade e estabelece o seu centro com precisão.
- Praça irregular, onde a distribuição dos elementos, regular ou irregularmente, destacam a própria formalidade da praça assim como o seu significado.

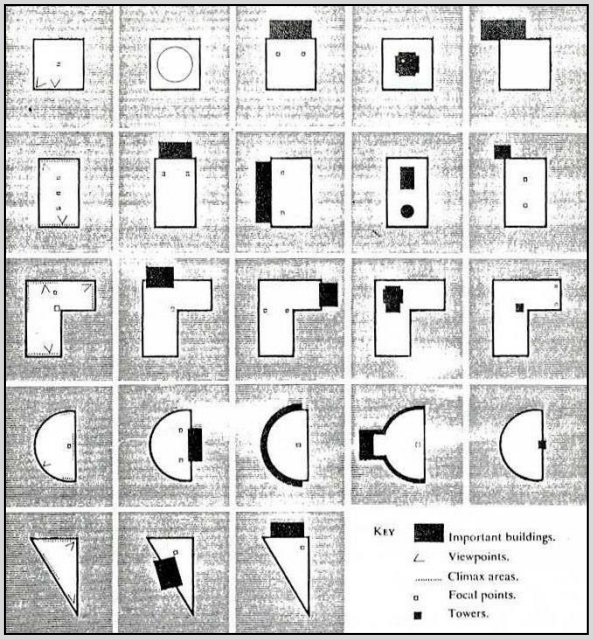

Ilustração 3 – Formas fundamentais das Praças (Gordon Logie)

A **Rua** apresenta uma forma normalmente caracterizada por um eixo longitudinal linear, regular ou irregular, côncavo ou convexo. A rua pode assumir pontualmente outras formas, não deixando no entanto de ser identificada como rua.

O **Largo** apresenta uma planificação irregular, fruto habitualmente de uma concepção não planificada. Os seus limites podem assumir a forma de outros espaços fronteiriços.

A segunda perspectiva incide sobre a estrutura formal: volume aparente do espaço, isto é, o conjunto dos elementos assimilados como um todo, formando uma estrutura formal tridimensional, relação entre o espaço vazio e os elementos construídos. Importa também distinguir o "*espaço negativo*" e o "*espaço positivo*".

O primeiro é identificado pela ausência de configuração e de limites (espaço informe), isto é, quando um edifício surge isolado, sem correlação com outros, ou mesmo na presença de outros, não se sente conexão, perdendo-se o conceito de espaço.

O "*espaço positivo*" é resultado da organização e agrupamento de elementos construídos em torno de um espaço, apresentando uma forma clara e limitativa. Estes espaços permitem a leitura global, através da qual se identifica a praça, a rua ou o largo.

A PRAÇA

As praças são normalmente contornadas por edifícios ou outros elementos que conferem um carácter de maior ou menor contenção. Este carácter de encerramento pode ter mais ou menos ênfase em função da configuração do espaço, das aberturas que as fachadas dos edifícios circundantes possuem e do carácter das ruas ou outros espaços que nele confinam.

Carlos Caro e Juan Rivas[22] formularam uma série de exemplos que frequentemente se observam nos acessos e atravessamentos das praças:

- Quando as ruas são perpendiculares às esquinas (Ilustração 4A), estas parecem separar as fachadas dos edifícios do espaço do pavimento, o qual se transforma numa ilha central. Neste caso a sensação de volume fica desvirtuada pelas aberturas.
- Se as ruas são paralelas e unidireccionais (Ilustração 4B), as fachadas dos edifícios perpendiculares às ruas aproximam-se, ao mesmo tempo que as fachadas dos edifícios paralelos a estas se prolongam visualmente para o exterior do espaço e as aberturas criadas pelos arruamentos nas fachadas são reduzidas.
- No caso em que as aberturas de cada esquina ficam opostas a uma parede (Ilustração 4C), podemos ver as fachadas da praça a partir de qualquer rua, o que pode criar um efeito que convida o acesso ao interior do espaço e permite que, ao olhar para cada fachada da praça, se veja apenas uma abertura, aumentando assim a percepção dos limites que definem o espaço.
- Quando as aberturas estão no centro das fachadas (Ilustração 4D), a sua configuração é determinante para o seu sentido de unidade. Se a abertura fizer

[22] CARO, Carlos Martinez; RIVAS, Juan Luis(1990) – Arquitectura urbana – elementos de teoria y diseño, 2ª edição. Madrid:. Libreria Editorial Bellisco.

parte do plano dos edifícios (como vimos atrás) o efeito de conjunto sai reforçado. Por outro lado, se esta separar completamente os edifícios, então há uma quebra significativa no plano da fachada, que diminui o grau de encerramento, mas ao mesmo tempo enfatiza a relação deste espaço com a envolvente urbana, podendo mesmo tornar-se um ponto focal que desvia o olhar para o exterior, o que pode ter um efeito dinamizador ou dissuadir a permanência no espaço.

- Quando há três aberturas nas "paredes do espaço" (Ilustração 4E), duas criadas por uma rua que atravessa a periferia do espaço, paralelamente a uma das fachadas e outra situada na fachada oposta, formando uma zona mais recolhida do espaço.

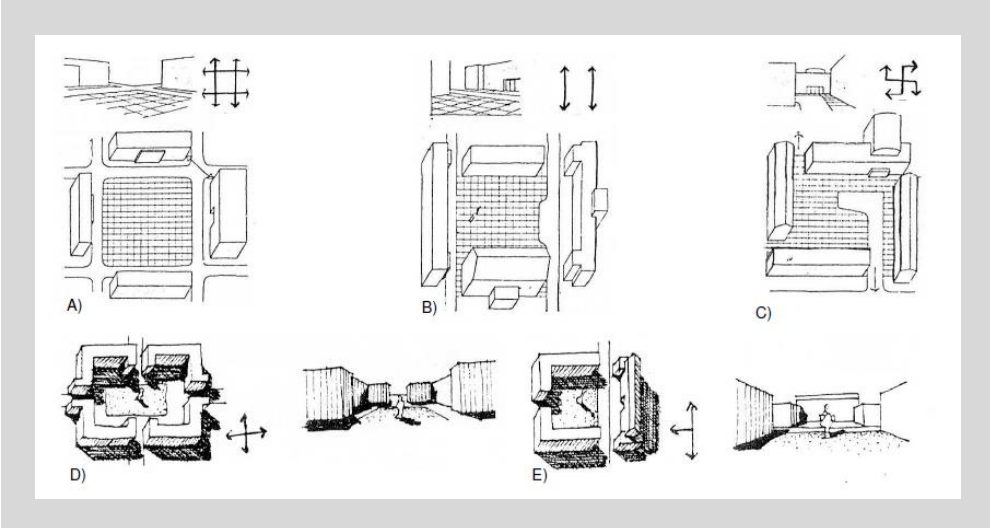

Ilustração 4 – Relação entre Praças e Ruas (Carlos Caro e Juan Rivas)

A RUA

Tal como acontece na praça, na rua os elementos edificados são o principal ponto de análise que permite reconhecer e definir a composição tridimensional de uma rua.

Quando uma determinada rua se abre completamente à frente do peão, transmite a sensação de ausência de limites, provocando um impacto menor, pois existe a possibilidade de assimilação completa de todo o espaço, ou seja, não apela ao sentido de descoberta, de imaginação e curiosidade. Por outro lado, o excesso de quebras e curvas pode produzir cansaço.

A alternância entre aberturas e encerramentos cria uma compartimentação visual, dando a impressão de espaços fechados para enquadrar edifícios, limitar as perspectivas e construir um quadro acabado e completo.

A análise da forma da rua pode ser complementada se considerarmos factores como a sua extensão, largura, geometria, grau de contenção, organicidade ou rigidez, ou ainda segundo a escala, a proporção, o contraste, o ritmo e articulação a outras ruas ou praças.

Carlos Caro e Juan Rivas[23] apresentam uma série de exemplos que mostram o efeito que os planos laterais podem ter naqueles que usam a rua:

- Quando as paredes têm uma curvatura convexa e simétrica (Ilustração 5A), podem dar a impressão de que as ruas são infinitas;
- Se a curvatura é côncava e simétrica (Ilustração 5B), então o comprimento da rua é encurtado pelo seccionamento da perspectiva;
- Quando os edifícios têm um carácter marcadamente horizontal (Ilustração 5C), pela composição das suas fachadas e pela relação com outros edifícios, então o comprimento da rua é reforçado e a profundidade é visualmente aumentada;
- Se as fachadas dos edifícios são planas (Ilustração 5G), o efeito gerado é equivalente ao caso anterior;
- Se, pelo contrário, tiverem um carácter marcadamente vertical (Ilustração 5E), então a profundidade da rua é encurtada;
- Quando fachadas assumem uma maior caracterização plástica (Ilustração 5H), cria-se um efeito semelhante ao caso anterior;
- Quando os lados da rua são curvados na mesma direcção (Ilustração 5D), o efeito do comprimento é igualmente encurtado uma vez que a rua se vai “escondendo” atrás da curva e contra curva.
- Se existe uma sobreposição de avanços e recuos nos volumes das fachadas (Ilustração 5F) produz-se uma subdivisão do espaço e um encurtamento óptico da rua que deixa de se ver em todo o seu comprimento.

[23] CARO, Carlos Martinez; RIVAS, Juan Luis(1990) – Arquitectura urbana – elementos de teoria y diseño, 2ª edição. Madrid:. Libreria Editorial Bellisco.

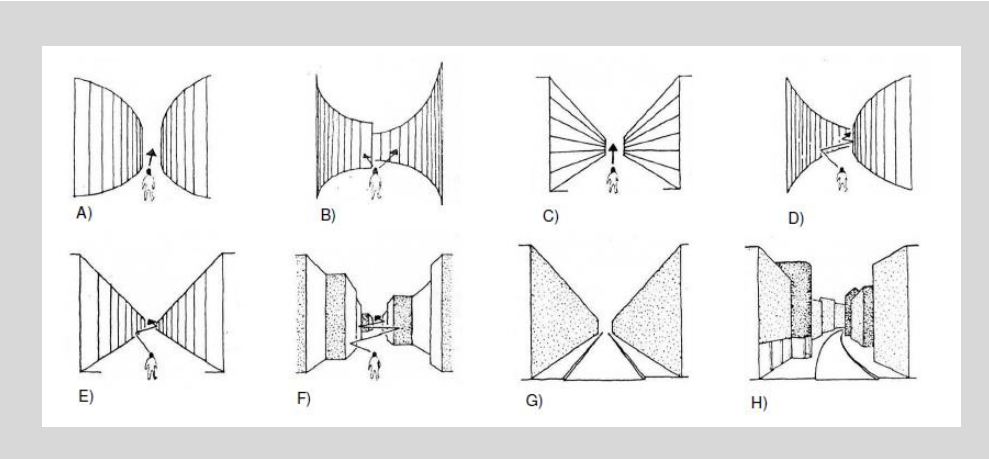

Ilustração 5 – Efeito dos planos laterais (Carlos Caro e Juan Rivas)

O LARGO

A forma do largo resulta dos edifícios envolventes, existindo por isso forte ligação entre estes dois elementos. Os largos apresentam formas irregulares e informais e estão geralmente associados a um crescimento espontâneo da cidade. Isto é, pode sofrer alterações de acordo com as necessidades de mudança.

Refira-se que um espaço mais complexo e variável pode influenciar positivamente o seu habitante, fomentando a curiosidade em o perceber e vivenciar.

Muitos autores englobam os largos nas tipologias de praças amorfas (como Paul Zucker)[24], por terem características espaciais, funcionais e sociais aparentemente semelhantes, apresentando, no entanto, uma forma muito mais irregular e informal que estas.

[24] cit. in. Matthew CARMONA; Tim HEATH; Taner OC; Steve TIESDELL (2003) – Public places urban – spaces: the dimensions of urban design, 1ª edição. Oxford: Architectural Press.

3.1.2. DIMENSÕES E RELAÇÕES DIMENSIONAIS

As dimensões de um Espaço Público são importantes para a definição do próprio espaço, podendo influenciar a presença de pessoas, a relação estabelecida com o espaço, bem como a realização de actividades.
São aspectos importantes a dimensão da planta (comprimento/largura); a altura de edifícios e o impacto dos mesmos nas vivências estabelecidas no espaço.

RELAÇÃO ENTRE COMPRIMENTO E LARGURA

Esta relação é muito importante, embora difícil de se estabelecer, pois depende da posição do observador e da sua capacidade em percepcionar a relação entre estas duas dimensões, além da configuração do próprio espaço.
Para um espaço regular, por exemplo uma praça, poderá ser estabelecido, segundo alguns autores, a seguinte relação para que um espaço seja agradável e motivador de experiências: o comprimento do espaço não deve ser maior do que o triplo da largura.[25]

No caso das ruas, esta correlação dependerá da sua função. No entanto, é de referir que as ruas estreitas, ao permitirem maior facilidade de comunicação com os dois lados, favorecem o comércio e as relações humanas, pelo estímulo e atracção que a proximidade visual provoca.

RELAÇÕES ARQUITECTÓNICAS: PROPORÇÃO E ESCALA

De um modo genérico, e embora seja difícil estabelecer balizas concretas, podemos afirmar que para haver harmonia num espaço, deve existir equilíbrio entre a altura dos edifícios e as dimensões da planta do espaço.

Assim, embora seja difícil quantificar, é simples de verificar que uma praça pequena pode parecer estrangulada por edifícios que se impõem em altura, enquanto que uma praça de grandes dimensões pode sobrepor-se aos volumes dos edifícios, perdendo o enquadramento que os mesmos reflectem, minimizando-lhes a escala.[26]

---

[25] CARO, Carlos Martinez; RIVAS, Juan Luis(1990) – Arquitectura urbana – elementos de teoria y diseño, 2ª edição. Madrid:. Libreria Editorial Bellisco.
[26] *cit. in.* WATSON, Donald; PLATTUS, Alan; SHIBLEY, Robert – Time-saver standards for urban design. Nova York.

Refira-se, no entanto, que é fácil identificar espaços que resultam bem enquanto espaços de permanência, embora não preencham estes critérios, pois o efeito das dimensões dos espaços correlaciona-se com uma série de factores. No entanto, sublinha-se a importância da harmonia das dimensões, de modo a que as pessoas não se sintam perdidas ou intimidadas num determinado espaço.

Relativamente ao factor "escala", é importante referir que ao medirmos visualmente um elemento, quer edificado quer espacial, tendemos instintivamente a recorrer a outros elementos de dimensões conhecidas que se encontram no mesmo contexto, usando-os como referência para perceber as dimensões deste. As dimensões destes elementos podem ser modificadas intencionalmente, de maneira a que o espaço percebido modifique radicalmente.

NÍVEIS DE REFERÊNCIA

Os níveis de referência identificados num Espaço Público influenciam as pessoas e o modo como o vivenciam e como se relacionam entre si. As diferenças de níveis podem surgir para vencer a topografia do terreno ou com um propósito específico de criar zonas distintas (para certas actividades, por exemplo), como elemento de transição de cotas ou para assegurar a acessibilidade a determinadas zonas.

Qualquer local tem o seu nível de referência, o que cria distinção entre os níveis acima e abaixo do mesmo. De um modo geral, abaixo do nível de referência experimentamos sensações de intimidade, inferioridade, encerramento ou claustrofobia, enquanto que acima desse nível podemos experimentar sensações de euforia ou de domínio ou superioridade ou, ainda, sentirmo-nos expostos ou com vertigens, dependendo da configuração dos espaços a cada nível.

O acto de descer significa baixar ao encontro daquilo que conhecemos enquanto que o de subir implica ascender ao desconhecido. Assim, subir pode estar associado a ponderação prévia, fruto de uma motivação dominada pela curiosidade de ver ou sentir o espaço a partir de um ponto mais elevado. Por outro lado, descer implica uma maior motivação e depende da capacidade do espaço em despertar a atenção.

A comunicação entre as pessoas também sofre mutações consoante os níveis de referência, uma vez que é muito mais confortável manter a mesma num mesmo nível de referência.

Em suma, e encerrando o capítulo sobre as Dimensões e Relações Dimensionais do Espaço Público Urbano, conclui-se que estas características contribuem de modo inquestionável para o relacionamento das pessoas com a estrutura física do espaço.
No entanto, é de salientar a dificuldade deste processo de qualificação e quantificação daquele que seria o espaço ideal para os seus utilizadores, uma vez que os factores relativos às dimensões poderão ser compensados com o sentido de lugar e com a dinâmica das actividades propostas.

3.1.3. ARQUITECTURA DOS EDIFÍCIOS ENVOLVENTES

A arquitectura dos edifícios envolventes (concretamente as fachadas) tem um papel de destaque, uma vez que é através das mesmas que é estabelecida uma relação directa entre os edifícios e o Espaço Público Urbano. As fachadas constituem o cenário que define o cenário urbano.

Assim, os vãos, as coberturas, os ritmos, a transparência e a permeabilidade, a opacidade ou o encerramento das fachadas assume particular importância na leitura do Espaço Público.

Cada pessoa faz uma interpretação distinta daquilo que observa, no entanto, é possível distinguir alguns princípios de organização e estruturação visual que são comuns, os quais permitem interpretar as características arquitectónicas e espaciais de forma bilateral.

A FACHADA

Numa análise mais concreta, podemos afirmar que uma fachada muito trabalhada pode incutir ritmo e dinamismo e, por outro lado, uma fachada muito ampla pode transparecer monotonia e, se muito extensa, pode provocar falta de interesse a quem percorre o espaço. No entanto, esta última condição também poderá fazer com que a atenção se centre no próprio espaço e nas actividades que nele decorrem.

Relativamente à permeabilidade da fachada, se for muito fechada, pode provocar sentimentos de opressão. Se for rica em aberturas, a relação entre o interior e exterior sai favorecida e facilitada. A este respeito, importa referir que os elementos dos pisos térreos são mais significativos, uma vez que a este nível acontecem a maior parte das actividades no espaço exterior e, portanto, a comunicação é mais intensa. A relação com os pisos superiores é possível através dos aumentos das dimensões dos vãos ou pela existência de elementos como varandas.

Uma fachada com muito pormenor prende a atenção, incentivando a sua contemplação, que é possível à medida que se percorre o espaço. As fachadas homogéneas permitem uma percepção global mais imediata. O primeiro tipo de fachadas não deve exceder a complexidade do volume vazio, sob pena de distrair a atenção do espaço envolvente, de se perder o sentido global e a identidade do mesmo.

Assim, importa reflectir sobre a necessidade de articulação entre os materiais e o modo de utilização e o controlo de volumes, de modo a que o Espaço Público seja percepcionado como um espaço capaz de transmitir a sua génese e a ideia de capacidade de promover vivências.

A TERRITORIALIDADE E A INFLUÊNCIA ARQUITECTÓNICA

O conceito de "territorialidade" importa abordar, na medida em que o mesmo define o território de influência de cada edifício no seu espaço envolvente, interferindo deste modo no uso do Espaço Público e na conduta do utilizador.[27] Esta influência está dependente da função do edifício em causa, das suas características arquitectónicas, dimensões ou importância no espaço.
Observa-se frequentemente que, quando o edifício reúne determinadas características peculiares, sobrevive sozinho, isto é, adquire uma presença simbólica forte, podendo parecer que o espaço existe em função do mesmo.

Segundo Matthew Carmona *et. al.*, P. F. Smith [28] argumenta que a nossa capacidade intuitiva para a apreciação estética tem quatro componentes distintos que transcendem o tempo e a cultura:
O sentido de rima e de padrão, que pressupõe algumas semelhanças nos elementos;
A apreciação de ritmo, produzido pelo agrupamento de elementos para evitar a monotonia e obter o contraste e diversidade;
O reconhecimento de equilíbrio, que consiste numa forma de ordem geralmente relacionada com a coerência entre as partes de uma cena visual ou de um ambiente, partes essas que podem também estar relacionadas com organizações mais complexas de cores, texturas e formas;
A sensibilidade para as relações harmoniosas, que diz respeito às relações entre as diferentes partes e como elas se encaixam para formar um todo coerente.

Estas noções são importantes essencialmente para perceber o efeito da arquitectura na apreciação do espaço.

[27] ALVES, Fernando Manuel Brandão (2003) – Avaliação da qualidade do Espaço Público Urbano: proposta metodológica. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
[28] CARMONA, Matthew; HEATH, Tim; OC, Taner; TIESDELL, Steve (2003) – Public places urban – spaces: the dimensions of urban design, 1ª edição. Oxford: Architectural Press.

4. QUALIDADE DO ESPAÇO PÚBLICO

O conceito de qualidade está relacionado com uma abordagem perceptiva e cognitiva e com as categorias que definem a qualidade do ambiente construído (Fernandes, 2012)[29].

A abordagem perceptiva traduz-se na interacção do espaço com os utilizadores, através dos sentidos básicos, tais como, a visão, olfacto, tacto, audição e paladar, mas também com factores, tais como a memória, personalidade ou a cultura, que podem ser despoletados através de elementos ou composições arquitectónicas presentes, e também fomentar as relações sociais, através da agregação de diferentes grupos e ser capaz de constituir um elemento de integração cultural.

A abordagem cognitiva é resultado da forma como o espaço é vivido e usado, e depende sobretudo da intensidade com que as suas estruturas são lembradas e recordadas, sendo o espaço um elemento orientador do comportamento das pessoas (Fernandes, 2012).

Podemos então afirmar, em suma, que a avaliação qualitativa de um Espaço Público comporta o resultado de comportamentos e atitudes dos utilizadores, baseado em memórias e sensações, observado através de abordagens cognitivas e perceptivas.

4.1. CRITÉRIOS DE QUALIDADE DO ESPAÇO PÚBLICO

O projecto do Espaço Público prevê a reunião de determinadas características que irão influir sobre o carácter de determinados espaços, tornando-os distintos entre si, para diferentes públicos e diferentes fins. Em todos os casos, não obstante as diferenças que tornam um Espaço Público único, prevê-se que o mesmo esteja habilitado para proporcionar o desenvolvimento de uma sociedade e a fomentação de relações.

Uma abordagem baseada em critérios de qualificação do Espaço Público é defendida por alguns autores, como Gemzoe Gehl (2006)[30], que defende no seu livro “New City

[29] FERNANDES, A. (2012) – Metodologias de Avaliação da Qualidade dos Espaços Público. Porto: Faculdade de Engenharia, Universidade do Porto . Dissertação de Mestrado.
[30] GEHL, G. (2006) New City Life. Copenhagen: The Danish Architectural Press.

Life", parâmetros essenciais que permitem diagnosticar a qualidade do Espaço Público e classificá-lo de "bom" ou "mau".

Seguir os parâmetros enunciados será útil para a concepção de um Espaço Público com qualidade, capaz de cativar e motivar a sua descoberta e proporcionar vivências humanas.
Para o referido autor, são doze os critérios que podem ser definidos:

Proteção contra o tráfego: as condições de segurança são fundamentais para os utilizadores, de forma a ocorrer uma segura mobilidade pelas ruas. É também evidenciado pelo autor, a necessidade de educar as populações em relação à segurança rodoviária enquanto peão.

Segurança nos Espaços Públicos: para que um espaço seja frequentado não apenas de dia mas também à noite, é imperativa a existência de uma iluminação.

Protecção contra experiências sensoriais desagradáveis: criação de áreas de protecção para as situações de vento, chuva ou calor. As áreas verdes assumem um papel importante no alívio de calor e de ruído, bem como na diminuição da poluição.

Espaço para caminhar: garantia de acessos simples a pontos de interesse que sejam possíveis de observar sem risco. Por exemplo, para contemplar uma fachada é importante sentir que é possível caminhar livremente sem a preocupação de olhar para o chão ou para qualquer perigo que possa surgir. Um percurso com superfícies regulares e sem obstáculos, acessível a qualquer tipo de utente, torna um espaço mais atractivo.

Espaços de permanência: os Espaços Públicos, apenas são considerados agradáveis quando neles é possível permanecer por grandes períodos de tempo.

Ter onde se sentar: existência de mobiliário urbano que possibilite a paragem, o descanso, a leitura, etc.

Possibilidade de observar: deve ser garantida a possibilidade de contemplação do meio envolvente, de preferência de várias perspectivas.

Oportunidade de conversar: tendo em conta que se tratam de locais de encontro e confraternização, os Espaços Públicos devem disponibilizar mobiliário urbano adequado e ruído moderado para que se sejam identificados como locais agradáveis para permanecer e para conversar.

Locais para se exercitar: garantia de acesso a equipamentos desportivos e aparelhos de exercício a todos os cidadãos, combatendo assim, um elevado nível de sedentarismo que tem vindo a aumentar em todo o planeta.

Escala Humana: as novas infra-estruturas devem relacionar-se com o cidadão numa escala humana, tendo por base a "perspectiva dos olhos das pessoas".

Possibilidade de aproveitar o clima: os Espaços Públicos devem ser pensados de acordo com o clima e a topografia da cidade, de forma a potencializar tanto os espaços como a sua identidade.

Boa experiência sensorial: devem ser dotados de bons acessos, contacto com a natureza, presença de água e animais, árvores e outra plantas, bem como mobiliário urbano cómodo que assegurem uma maior permanência dos visitantes no lugar e uma maior ligação entre as pessoas os seus sentidos.

Outro autor que defende a categorização de critérios para definir a qualidade do Espaço Público é Brandão (2002)[31], que estruturou os critérios por forma a garantir uma metodologia base de intervenção no desenho de Espaço Público, de acordo com princípios chave essenciais para a vida dos cidadãos:

Identidade

Para Brandão, a identidade de um espaço é representada pela forma como as pessoas e os diferentes ecossistemas se relacionam entre si, originando vivências configurados da paisagem, tornando-a distinta de todas as outras. Segundo o autor, o objectivo do projecto de Espaço Público é assegurar o respeito pela identidade da paisagem urbana ou rural.

[31] BRANDÃO, P., 2002 – O chão da cidade: Guia de Avaliação do Design de Espaço Público, 1ª Ed. Lisboa: Centro Português do Design.

Esta sintonia depende de uma interacção equilibrada entre o homem e o ambiente que o rodeia, resultando num padrão e identidade que o tornam singular.
Podemos ainda referir que a identidade de um espaço é influenciada por alguns elementos:
-Físicos e biofísicos (fauna e flora, solo, água, clima);
-Humanos (históricos, culturais, sociais, económicos, ambientais): arquitectura, elementos urbanos (pavimentos, fontes, mobiliário urbano, iluminação), materiais e métodos construtivos, escala, textura e cor, costumes e tradições, arte e artesanato, actividades económicas estruturantes, recursos endógenos, demografia e outros fenómenos.

Há a referir ainda outros conceitos defendidos por Brandão (2002), relacionados com o critério da identidade:
-Memória Colectiva: conexão do espaço a acontecimentos passados ou hábitos culturais; presença de elementos aglutinadores do passado, tais como árvores ou ruas.
-Uso e apropriação do espaço: resultante das preocupações e cuidados a ter com o espaço envolvente e que permitem a sua preservação.
-Espírito do lugar: presença de elementos naturais ou sensoriais e transcendentes que atribuem carácter singular.
-Redução da identidade, cidades (espectáculo e publicidade): as grandes campanhas publicitárias retiram destaque aos elementos arquitectónicos.
-Organização simbólica do espaço (arte e democracia): a arquitectura é estruturante na caracterização do Espaço Público e da sua importância.

Continuidade e Permeabilidade

O projecto de Espaço Público deve permitir receber as estruturas necessárias à sua implementação e promover uma leitura urbana contínua, através da agregação de redes viárias, estrutura verde, saneamento e serviços públicos (transportes, recolha de lixo, iluminação e telecomunicações. A continuidade permite uma leitura homogénea e a permeabilidade prevê a ligação física e visual com o espaço envolvente, sendo influenciada pelos limites físicos e visuais entre o público e o privado. "*Qualquer projecto de Espaço Público deve promover a integração de novo espaço, assegurando a conexão com as pré-existências*" Brandão (2002).

Segurança, Conforto e Aprazibilidade

Factores como a segurança, conforto, microclima, acessibilidade, manutenção, vandalismo, iluminação e mobiliário urbano devem ser alvo de particular importância. De acordo com Brandão (2002), os Espaços Públicos adequados devem impor as seguintes valências:

-Preservar o conforto e segurança através da acessibilidade, manutenção, resistência ao vandalismo;

-Promoção da segurança através de iluminação (particularmente nocturna).

Deve ser considerado que o conforto depende de alguns factores, tais como:

-O clima: temperatura, humidade, insolação, precipitação e vento;

-A qualidade acústica: a presença de vegetação é determinante para a protecção do ruído exterior;

-A qualidade visual: iluminação natural e artificial deve responder às necessidades humanas quanto aos contrastes, brilhos e intensidades;

-A qualidade do ar;

-A qualidade ergonómica: deve precaver a escolha de mobiliário e equipamentos adequados;

-Segurança;

-Conservação e manutenção do espaço;

-Colocação de vegetação: utilizada como filtro do calor e da poluição e como protecção;

-Utilização de água: criação de ambientes aprazíveis;

-Utilização de materiais de construção apropriados, que influenciam o conforto, através das cores e texturas.

Mobilidade e Acessibilidade

Os Espaços Públicos devem estar acessíveis e estar dotados de características para receber toda a população. Para Brandão (2002), a mobilidade e acessibilidade dependem dos seguintes factores:

-Localização e distribuição de usos;

-Oferta de meios de transporte;

-Condicionamentos de locomoção;

-Soluções de apoio às pessoas com mobilidade reduzida;

-Grupos etários;

-Sexo;
-Níveis socioeconómicos;
-Tradição cultural.

Nesse sentido, os projectos devem considerar as seguintes soluções:
-Superação de barreiras arquitectónicas;
-Promoção do alinhamento;
-Separação entre redes de comunicação;
-Prever a vedação de elementos (tais como parques infantis);
-Promover a segurança na travessia das vias de circulação;
-Superação de locais com declive acentuado;
-Promoção de boa circulação de veículos de serviços.

Inclusão e Coesão Social

Sendo os Espaços Públicos locais de encontro por excelência e de promoção de relações humanas, eles devem ser disponíveis para todo o tipo de pessoas, independentemente da raça e do género, devendo abstrair-se do favorecimento de minorias.

Legibilidade

Um espaço de fácil leitura e compreensão é um espaço capaz de ser reconhecido e facilmente identificável, com maior capacidade atractiva.
Lynch (2009)[32] aponta 5 componentes do Espaço Público Urbano que lhe conferem legibilidade (Vias, Limites, Bairros, Cruzamentos e Pontos marcantes), estando esta característica associada à permeabilidade, devido ao facto de considerar a promoção da articulação entre os diferentes espaços.

Diversidade e Adaptabilidade

Para que um espaço promova a reunião de todo o tipo de pessoas, ele deve apresentar diversidade de usos, tornando-o atractivo e ajustado a uma multiplicidade de usuários, com diferentes características e interesses.

[32] LYNCH, Kevin (2007) – A Boa Forma da Cidade. Lisboa: Edições 70.

Resistência e Durabilidade

A qualidade dos materiais utilizados deve ser tida em conta de acordo com a finalidade do espaço, a intensidade de utilização e o público-alvo.

Sustentabilidade

Este critério prevê a reflexão entre os factores sociais, os económicos e os ambientais, promovendo uma gestão equilibrada do espaço.

Brandão (2002), cita no seu estudo Richard Rogers[33], que defende que a cidade sustentável cumpre algumas características, tais como:

-Uma cidade justa, onde existe igualdade de direitos e de oportunidades;

-Uma cidade bela onde a imaginação e a criação de ideias é fomentada;

-Uma cidade criativa onde a população mostre o seu potencial;

-Uma cidade ecológica onde haja uso eficiente dos recursos;

-Uma cidade que favoreça o contacto, onde o espaço público seja local de encontro e convívio, permitindo uma partilha de experiências saudáveis.

O projecto de Espaço Público deve, assim, resolver os problemas identificados e promover a sustentabilidade, tendo em vista:

-Utilização racional e integrada dos recursos naturais como os sistemas de rega automática;

-Promover a utilização de fontes energéticas alternativas;

-Promover a utilização de materiais endógenos, recicláveis e não poluentes;

-Escolha de equipamentos em quantidade adequada;

-Boa acessibilidade pedonal e dos transportes públicos;

-Assegurar a optimização da utilização do espaço em condições de conforto e segurança;

-Assegurar a manutenção dos novos espaços.

Em suma, um projecto de Espaço Público deve contribuir para a viabilidade de um projecto em termos económicos, sociais e ambientais, considerando sempre a população como foco primordial.

[33] Richard George Rogers- arquiteto italiano naturalizado britânico. Em 2006, foi o vencedor do Prémio Stirling pelo terminal 4 do Aeroporto de Barajas e em 2007 recebeu o Prémio Pritzker pelo conjunto da sua obra.

Em suma, podemos afirmar que a avaliação de um Espaço Público é pertinente na medida em que da mesma pode retirar-se novas ideias e sugestões para a criação ou reformulação de ambientes.

Ao longo dos tempos, o Espaço Público assumiu sempre um destaque importante nas vivências dos povos, ao nível económico, religioso e politico. O Espaço Público constituía um lugar por excelência de partilha, de exposição, de pregação e de negociação.

Com o avanço da tecnologia, tornou-se possível que determinadas actividades que apenas eram possíveis em público e em espaços partilhados, pudessem ser concretizadas através de outros meios, deixando por isso o Espaço Público de assumir determinadas funções.

Actualmente tem-se assistido a uma nova tendência, a de requalificar os Espaços Públicos, devolvendo-lhes a sua importância, através do desenvolvimento de novas actividades, passíveis de tornar a integrar pessoas e a motivar a interacção. Os usos são diferentes, mas a principal função mantém-se: contribuir para a qualidade de vida das pessoas e protecção dos recursos. Esta protecção é o suporte da qualidade paisagística de um lugar, que através de estratégias sustentáveis, contribuem para a protecção e continuidade do lugar. (Ribeiro e Barão, 2005)[34].

Torna-se, então, relevante entender e planear a eficiência das cidades e, nesse sentido, foram criadas algumas metodologias para avaliar a qualidade dos Espaços Públicos, que poderão sustentar propostas de requalificação do Espaço Público.

[34] RIBEIRO, L., BARÃO, T. (2007) Spatial concepts as vehicles to communicate landscape conservation strategies. In: BUNCE, R et al. (eds). 25 years of Landscape Ecology: Scientific Principles in Practive. Proceedings of the 7º IALE World Congree.

4.2. METODOLOGIAS DE AVALIAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

Das metodologias de avaliação estudadas, destacamos o Diagrama do Lugar (Project For Public Spaces, 2000).[35] Trata-se de uma Organização sem fins lucrativos que debruçou o seu estudo nas características de um espaço, partindo de questões "O que atrai as pessoas?", "O que faz um Espaço Público ser bem-sucedido enquanto outro falha?"

O método utilizado por esta Organização é de observação dos espaços e, através da procura de características capazes de atrair novos utilizadores e de tornar a sua comunidade mais forte e coesa, apurar se os mesmos são ou não bem-sucedidos.

Este método de avaliação é considerado bastante completo, simples e eficaz. Os pontos de análise principais são os da frequência do espaço, abstraindo-se do uso de ferramentas de análise dos atributos do espaço. As questões em que o estudo é baseado são de fácil percepção por parte dos cidadãos, possibilitando a detecção de problemas existentes e a procura de soluções. Não obstante tratar-se de uma avaliação mais subjectiva, os critérios de avaliação são variados e podem ser utilizados em qualquer cultura e contexto geográfico.

Para a Project For Public Spaces, um Espaço Público de qualidade pressupõe a existência de trocas sociais e económicas e de competências para a fusão cultural e capacidade de atracção.

Foram enumeradas características que explicam como um lugar pode ter atractividade:
- Gestos atractivos como sorrir, beijar, abraçar;
- Actividades variadas;
- Elevado número de pessoas em grupo;
- Existência de número de mulheres superior à média;
- Pessoas de diferentes faixas etárias.

Foram ainda identificados 4 elementos essenciais para o sucesso e atractividade de determinado Espaço Público:

[35] MADDEN, K; WILEY-SCHWARTZ, A. (2000) – How to Turn a Place Around: a handbook for creating successful public spaces. Project for Public spaces, Inc. New York: Project for Public Spaces.

- Acessibilidades;
- Possibilidade de realizar actividades;
- Conforto e imagem do espaço;
- Socialização.

Partindo destes 4 elementos e tendo como objectivo proceder à avaliação do Espaço Público, a PPS criou o “Diagrama do Lugar” (The Place Diagram), que foi utilizado como guia e ferramenta essencial na sua avaliação.

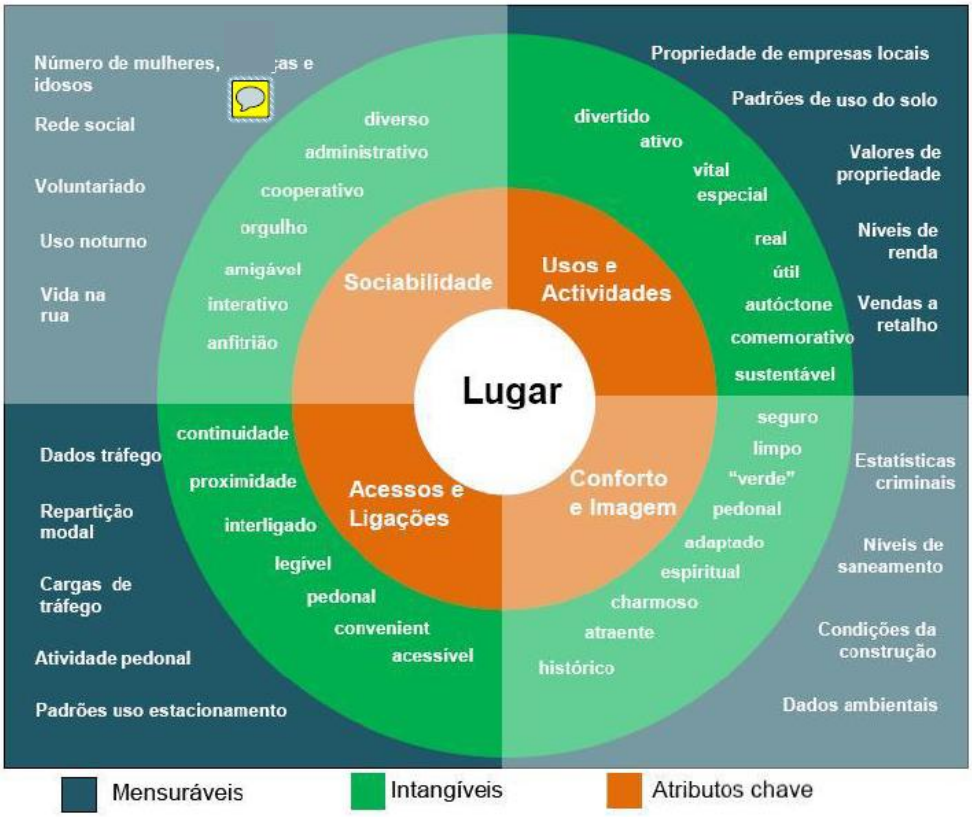

Ilustração 6 – Diagrama do Lugar (PPS, 2012)

A utilização do diagrama prevê a escolha de um espaço de intervenção, que poderá ser uma rua, um jardim ou uma praça. O objectivo essencial é proceder à avaliação dos 4 atributos chave do centro do diagrama (Acessos e Ligações/Conforto e Imagem/Usos e Actividades/Sociabilidade). No segundo anel estão agrupadas as várias características que podem contribuir para a qualidade da avaliação, correspondente a um dos 4 atributos. Nos limites exteriores do diagrama estão enunciados os aspectos qualitativos que poderão ser mensuráveis na pesquisa.

Refira-se que os 4 conceitos chave de avaliação incluem ainda outras variáveis que deverão ser consideradas:

Acessos e Ligações

Através da observação das conexões de determinado espaço, é possível aferir a sua capacidade de acessibilidade, sendo que um espaço com fácil circulação e acessibilidade reúne maior potencial para o sucesso.

A acessibilidade depende de infra-estruturas criadas para o efeito no raio de acção do Espaço Público, tais como, estacionamento e redes de transportes públicos.

A capacidade visual do utilizador também constitui um factor importante: a capacidade de alcançar, à distância, induz segurança e reduz a ansiedade.

As questões que deverão ser respondidas de modo a ser possível recolher a informação necessária para avaliação deste conceito são:

- Espaço preparado para deficientes motores?
- Existência de redes de transportes?
- Existência de boas ligações entre o espaço e a malha urbana?
- Existência de parques de estacionamento em localização privilegiada?
- Espaço utilizado por moradores da sua periferia?
- Capacidade para observar o espaço de qualquer ponto e distância?
- O seu interior é visível?
- Os passeios estão bem desenhados e estruturados?
- Têm fácil acessibilidade?

Conforto e Imagem

De acordo com a PPS, a acção de repouso é desvalorizada na concepção do Espaço Público. Repouso está associado a conforto e segurança, conceito que deve imperar no Espaço Público, com a criação de zonas para sentar e descansar. Segundo a organização, os elementos do sexo feminino são mais perspicazes na avaliação do conforto e imagem, sendo mais sensíveis a estes elementos.

As seguintes questões responderão aos critérios de qualidade neste conceito:

- Presença de um número de mulheres superiores à média?
- Presença de bancos suficientes no espaço?
- Os bancos estão bem localizados?

- Há possibilidade de escolha para sentar? (existem bancos ao sol e à sombra?)
- A primeira impressão do local é positiva?
- Os espaços estão limpos?
- Existe manutenção do espaço?
- Caso exista, qual a manutenção e com que frequência?
- Trata-se de um espaço seguro?
- Presença de seguranças?
- Existe horário de segurança?
- As pessoas tiram fotografias?
- Os veículos dominam o espaço pedonal?

Usos e Actividades

O carácter de actividades disponíveis e a capacidade do espaço para permitir determinado uso são bases muito importantes para o projecto do Espaço Público, determinando o tipo de funcionamento e o tipo de pessoas que irá servir. Assim, deverão ser respeitadas, em primeira instância, as necessidades e hábitos dos cidadãos, sendo que apenas desta forma estará garantida a sua permanência, o grau de satisfação e a vontade de regressar.

Aspectos relevantes:

- Número de actividades considerável e disponível para os cidadãos;
- Equilíbrio de número entre utilizadores do sexo feminino e masculino;
- Variedade de actividades para as diferentes faixas etárias: o espaço deverá ser utilizado por todos, desde os mais jovens aos mais velhos, induzindo variedade de opções dentro do lugar;
- Carácter de utilização ao longo do dia (contínua ou faseada)
- Utilização por pessoas acompanhadas e por pessoas em grupo ou apenas um dos casos (maior qualidade sugere os dois tipos de utilização, estando relacionado com maior atractividade);
- A gestão do espaço tem influência no seu sucesso.

Questões a ser consideradas:

- As pessoas estão em grupo ou acompanhadas?
- É utilizado por diversas faixas etárias?
- Existe gestão do espaço?

- Há variedade de actividades?
- O espaço é todo ocupado, ou existem zonas mais vazias?
- O espaço encontra-se vazio ou não?
- Ocorrem que tipo de actividades?

Sociabilidade

De acordo com PPS, este conceito é o mais difícil de encontrar e de alcançar. Quando está presente, o espaço torna-se singular e único.

Este conceito pressupõe a criação de laços de proximidade com o espaço e com a comunidade através de encontros com os amigos, interacção com os vizinhos, etc.

Questões a serem observadas:

- As pessoas conhecem-se umas às outras?
- As pessoas estão agrupadas?
- As pessoas estão felizes?
- As pessoas trazem os seus amigos e/ou familiares?
- Escolhia este espaço para estar com os seus amigos?
- Existe contacto visual entre as pessoas?
- Existe gestão do espaço?
- Existe uma grande diversidade de idades e de culturas?
- O espaço é frequentado por escolha própria?

4.2.1. METODOLOGIAS DE AVALIAÇÃO ASSOCIADAS ÀS TIPOLOGIAS

Tendo em conta que as especificidades do Espaço Público variam consoante as suas tipologias, foram criados métodos de avaliação para cada uma delas. São consideradas as seguintes tipologias: os parques urbanos, as praças, as frentes ribeirinhas e os arruamentos.

PARQUES URBANOS

Balotta de Oliveira, P. e Bitar, O. (2006)[36] desenvolveram um trabalho cujo principal objectivo seria supervisionar as condições ambientais num parque urbano, podendo depois proceder-se à sua aplicação em prol de objectivos específicos.
Como ponto de partida, tomaram as bases indicadas pelo Ministério do Meio Ambiente (1999), e os conceitos propostos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).

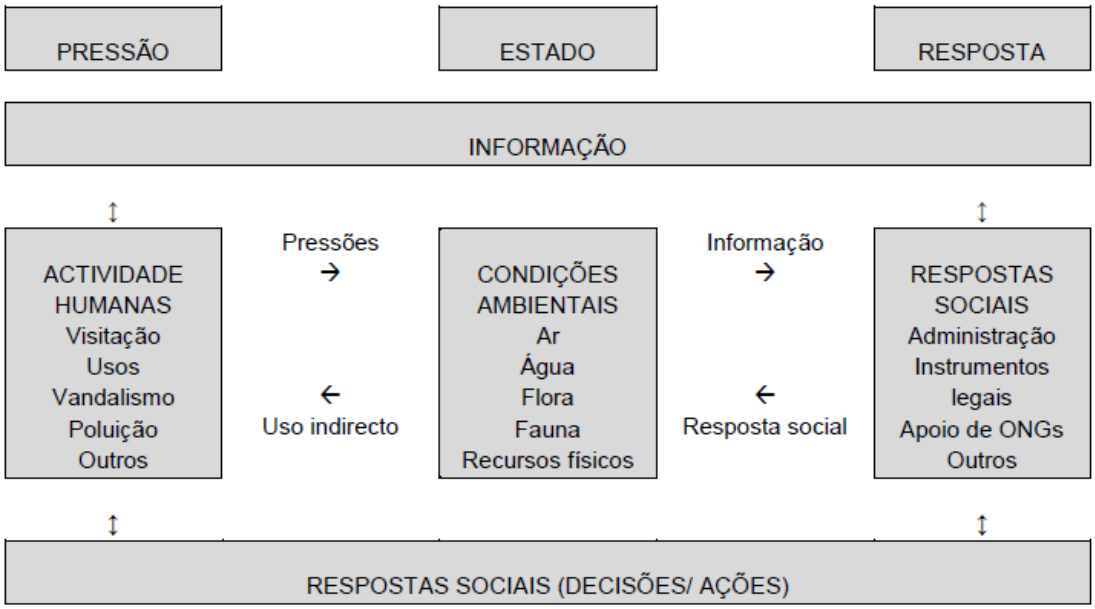

Ilustração 7 – Diagrama Pressão / Estado / Resposta (Balotta de Oliveira, P. e Bitar, O., 2006)

[36] BALOTTA DE OLIVEIRA, P. e BITAR, O. (2006) Indicadores ambientais para o monitoramento de Parques Urbanos. [Internet] Disponível em:http://www.interfacehs.sp.senac.br/br/artigos.asp?ed=11&cod_artigo=196.

Este modelo aplica-se nos casos dos parques urbanos, focando-se particularmente nas interacções aí estabelecidas. Trata-se de um sistema articulado em que as respostas e soluções variam consoante as acções desenvolvidas.

Por exemplo, a pressão das actividades humanas sobre os recursos naturais e sobre os equipamentos é caracterizada por actos de vandalismo, poluição, entre outros, alterando assim as suas condições. Como resposta, os agentes sociais, actuam com instrumentos legais, acções e projectos entre outros, como forma de diminuir estes casos.

Assim, com a colaboração de profissionais da área ambiental, foram identificados indicadores ambientais para as categorias Pressão-Estado-Resposta, criando-se uma relação de quantificação para cada um deles.

Os indicadores propostos para "Pressão", englobam factores como segurança pública, visitação ou animais domésticos abandonados. Na categoria "Estado", inclui-se a cobertura vegetal, espécies nativas, fauna áreas degradas entre outras. Por fim, na "Resposta", estão factores como Investimentos financeiros, parcerias ou projectos socioculturais.

PRAÇAS

Na sua tese, "Avaliação de Espaços Públicos: O caso de duas praças no concelho de Caminha", (Araújo, L.M. 2007)[37] refere que para analisar o Espaço Público, e mais especificamente as praças, é necessário ter em conta determinados factores, tais como:

- Arquitectura;
- Usos;
- Espaços Verdes;
- Infra-estruturas;
- Obras de Arte e Mobiliário Urbano;
- Mobilidade;
- Pavimentos.

[37] ARAÚJO, L.M. (2007). Avaliação de Espaços Públicos: o caso de duas praças no concelho de Caminha. Braga: Escola de Engenharia da Universidade do Minho. Dissertação de Mestrado.

É também defendido pelo autor que uma avaliação deve sempre focar-se nas características específicas dos seus utilizadores, na medida em que as mesmas irão definir o tipo de actividades ali desenvolvidas. Assim, esta avaliação só é possível com a realização de inquéritos às pessoas que se encontram na praça e na sua área, de modo a apurar as suas características, permitindo encontrar possibilidades e limitações de utilização dos locais bem como dos equipamentos disponíveis.
É apresentada então, uma metodologia para a realização dos inquéritos aos utilizadores, onde estão inseridos sete grandes grupos:

1. Formação: se tem ambientes separados ou sub-espaços;
2. Usos;
3. Espaços Verdes;
4. Infra-estruturas;
5. Mobiliário Urbano;
6. Mobilidade;
7. Pavimentos.

Para esta classificação, é possível optar entre 5 notas (Concordo totalmente, Concordo parcialmente, Discordo Parcialmente, Discordo Totalmente e Outra/Observações), terminando com um espaço destinado a sugestões e alterações que os utilizadores podem propor.

FRENTES RIBEIRINHAS

L. Vaz e M. Saraiva (2007)[38], desenvolveram um trabalho intitulado *"Requalificação de margens e cursos de água urbanos. Como avaliar o sucesso?"*, no qual se debruçam sobre o papel de um curso de água na dinâmica do Sistema Urbano.

Vaz e Saraiva enumeram três principais grandezas onde o curso de água tem influência e cuja presença representa um sucesso na reabilitação: a componente Ecológica, a Social e Urbanística e a Económica.

[38] VAZ, L., SARAIVA, M. (2007) Requalificação de margens e cursos de água urbanos. Como avaliar o Sucesso. VII Congresso Ibérico de Urbanismo. Planeamento Municipal – Casos de sucesso. Açores.

Os indicadores de avaliação na componente Ecológica incluem:

- Biodiversidade
- Conforto bioclimático
- Estrutura verde
- Galeria ripícola
- Gestão de riscos
- Qualidade da água

No âmbito Social/ urbanístico, deverá ser alvo de análise:

- Identidade
- Integração cidade-água
- Mobilidade
- Qualidade de vida
- Recreio e lazer
- Satisfação

Por fim, no campo Económico, os indicadores de sucesso são:

- Auto-sustentação do espaço
- Oportunidade de negócio
- Serviços/equipamentos

A metodologia proposta pelas autoras para as frentes ribeirinhas tem por base as seguintes etapas:

I. Selecção dos indicadores a aplicar ao caso de estudo;
II. Cálculo dos indicadores seleccionados;
III. Análise dos resultados: dos objectivos à avaliação *ex-post*;
IV. Avaliação do sucesso;
V. Reflexão sobre os pontos fortes, fracos e potencialidade do espaço.

Para uma avaliação estruturada, os indicadores acima descritos são relacionados com os objectivos inerentes à avaliação e são depois alvo de avaliação. Os objectivos inerentes à avaliação podem estar relacionados com a requalificação e valorização do rio, a atribuição de um carácter diferente ao rio com a sua restituição à cidade, a recuperação de zonas urbanas desqualificadas, o reordenamento da malha viária, a criação de um percurso pedonal/ciclovia, a valorização do património (histórico,

arqueológico, natural e edificado). Para esta avaliação foram seleccionados indicadores, como se pode observar na tabela seguinte.

Tabela 4 – Objectivos e Indicadores

Objectivos		Indicadores	
I.	Requalificação e valorização do rio, com a criação de um contínuo verde	1.	% De comprimento de rio com vegetação ripícola
		2.	Presença de vegetação ripícola nas margens
		3.	Largura da faixa ripícola
II.	Restituir o rio à cidade atribuindo-lhe um carácter estruturante	1.	Fontes de poluição
		2.	Qualidade química, física e biológica da água
		3.	Comprimento, largura e forma do rio dentro dos limites da cidade
		4.	Tipo de margem
		5.	Inundabilidade
		6.	Travessia do rio
III.	Recuperação de zonas urbanas desqualificadas, com a constituição de um espaço público de qualidade	1.	Equipamentos recreativos
		2.	Percursos recreativos
		3.	Eventos culturais
IV.	Reordenamento da malha viária, incentivando a redução do tráfego automóvel e estabelecimento de um percurso pedonal e uma ciclovia ligando o centro/baixa frente de água	1.	Lugares de estacionamento.
		2.	Paragens de transportes públicos
		3.	Pontos de acesso de bicicletas
		4.	Travessia do rio
		5.	Percursos recreativos
V.	Valorização do património histórico, arqueológico, natural e edificado	1.	Zonas de contacto com a água
		2.	Presença de vegetação ripícola nas margens
		3.	Pontos de referência
		4.	Pontos de vista/miradouros
		5.	Integração de elementos patrimoniais

Fonte: Vaz e Saraiva (2007)

ARRUAMENTOS

O guia - "Manual for Streets" – que pertence ao governo britânico, procura estabelecer orientação para o desenho de arruamentos em zonas residenciais baseado na experiência e orientado para as características urbanas do Reino Unido (Department for Transport, 2007)[39].

Para tal apresenta um conjunto de critérios para avaliar a qualidade dos seus arruamentos, tais como:

- Espaços de qualidade
- Estacionamento

[39] Department for Transports (2007) *Manual for Streets: a summary*. [Internet] Disponível em http://www.dft.gov.uk/pgr/sustainable/manforstreets/

- Geometria viária
- Materiais - escolha e manutenção
- Mobiliário urbano e iluminação de rua
- Necessidades dos utentes
- Rede e conectividade
- Sinalização viária e marcações

Este manual (Department for Transport, 2007) prevê a existência de uma estrutura hierarquizada de percursos (pedestres e ciclovias) e valoriza o impacto do tráfego viário nas vivências dos Espaços Públicos. Defende também que os espaços com reconhecida qualidade urbana são sempre sustentado por uma planificação urbana de qualidade, devendo esta obedecer a uma leitura linear e homogénea entre o edificado e os espaços exteriores, como os arruamentos.

As relações medíocres entre os edificados e os arruamentos estão visíveis nas seguintes situações:

- Falta de relação entre as larguras e comprimentos (as larguras ou comprimentos dos lotes ou dos edifícios devem estar relacionadas com as alturas dos edifícios e as características dos arruamentos);
- Falta de diferenciação entre traseiras e fachadas (as traseiras e as fachadas dos edifícios necessitam de ser tratadas de forma diferente);
- Falta de importância conferida à rua (é importante colocar as ruas a funcionarem como Espaços Públicos);
- Ausência de correlação entre edifícios (o espaçamento entre edifícios é chave para o bom funcionamento das ruas e da sua qualidade estética).

O guia de boas práticas, refere ainda, a importância da necessidade de permitir o seu acesso a todos, sem olhar a raça, etnia, cor ou religião - conceito de design inclusivo, ou seja, se algum aspecto do Espaço Público for inexequível para alguém ou algum grupo, deve tentar-se acautelar a situação e procurar soluções.

De referir, ainda, a importância da facilidade de atravessamento das ruas, que está dependente da linearidade e continuidade do seu desenho, devendo evitar-se desvios (a largura deverá ser constante), com excepção de uma necessidade inerente de abrandamento do tráfego (Department for Transport, 2007).

Não se podendo descurar ou ignorar a presença de veículos automóveis, devem ser pensadas soluções de estacionamento em parques. Estes devem localizar-se em zona de fácil acesso e simples deslocação pedonal.

Os elementos da via pública tais como a sinalização viária, a iluminação e o mobiliário urbano devem ser simples e eficazes, isto é, de fácil leitura. A iluminação pode trazer segurança, reduzir a criminalidade e trazer um aumento da circulação noturna, importante para um bom funcionamento da rede viária (Department for Transport, 2007).

5. CASOS DE ESTUDO

5.1. ENQUADRAMENTO

Neste capítulo propomo-nos a avaliar três das categorias identificadas de Espaço Público Urbano na cidade de Lisboa: a Rua, a Praça e o Largo. Como atrás foi referido, existem outras categorias de Espaço Público, no entanto, estas constituem mais representatividade na cidade em estudo – Lisboa.

As escolhas recaíram sobre espaços no centro da cidade, por serem estes que oferecem maior diversidade e riqueza na sua avaliação, dada a densidade populacional e variedade de actividades, formando assim os Espaços Públicos mais vividos, independentemente dos objectivos da permanência.

Para a concretização da avaliação, os locais em estudo foram visitados e as características físicas observadas, tendo sido dado especial enfoque aos comportamentos observados. Posteriormente analisámos comparativamente as características dos espaços, de modo a poder relacionar as mesmas com as vivências observadas.

Os Espaços Públicos em estudo são: a Rua Garrett, a Rua de São Paulo, a Praça da Figueira, a Praça Luís de Camões, o Largo das Portas do Sol e o Largo do Rato.

5.1.1. RUA GARRETT

A Rua Garrett localiza-se no centro de um importante eixo da cidade de Lisboa, quer ao nível comercial, quer cultural, podendo aqui encontrar-se um significativo legado histórico do passado e também elementos artísticos e culturais relevantes do presente.

Num dos extremos da rua localizam-se os Armazéns do Chiado, que constituem um núcleo comercial de destaque e, ao longo do eixo de toda a rua, continua a estar presente o conceito comercial.

A diversidade cultural e artística está também bem patente com a presença de edifícios como o Teatro Nacional de São Carlos, o Teatro Mário Viegas, o Museu Nacional de Arte Contemporânea, o café A Brasileira, as históricas livrarias e lojas, a Basílica de Nossa Senhora dos Mártires, entre outros.

No seu todo, a Rua Garrett encerra um importante estímulo à dinâmica, pela sua diversidade cultural, artística, económica, e consequentemente, social. Pelas suas características, esta rua não está associada ao conceito “vulgar” de rua, ou seja, não constitui apenas um local de passagem ou de ligação, mas antes um local de encontro, de paragem e de apreciação por tudo o que oferece: observar as montras, entrar e sair dos cafés, observar os artistas de rua.

<u>Estrutura</u>

A Rua Garrett define-se por uma forma substancialmente regular, de cerca de 186m de comprimento. A secção da rua é quase sempre constante ao longo do seu traçado, com 13m, à excepção do alargamento verificado em frente à Basílica de Nossa Senhora dos Mártires, onde a secção aumenta para 15m.

Esta diferença de secção permite criar a sensação de diversidade e de encurtamento do seu comprimento, ficando a rua a parecer mais curta do que é na realidade devido a este ponto de corte, em contraponto com a secção regular da continuidade da rua.

Ilustração 8 – Basílica de Nossa Senhora dos Mártires

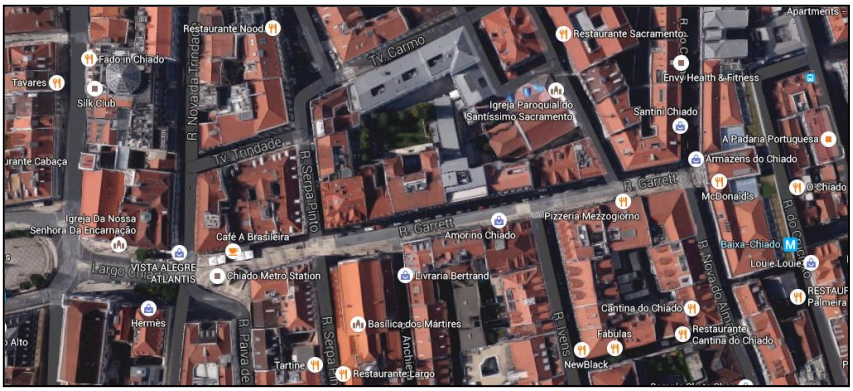

Ilustração 9 – Fotografia Aérea da Rua Garrett e Zona Envolvente

Fronteiras

A Rua Garrett dá acesso a outras ruas, apresentando estas uma secção variável entre os 7m e os 11m. Duas destas ruas atravessam a Rua Garrett nos seus topos. As ruas que desembocam na Rua Garrett não interferem com a sua linearidade pois não competem com as suas dimensões nem com as dimensões dos edifícios que a constituem.

Os topos da rua são delimitados por pontos focais bem demarcados: na zona mais baixa pelos Armazéns do Chiado e, na zona com maior declive, o Largo do Chiado.

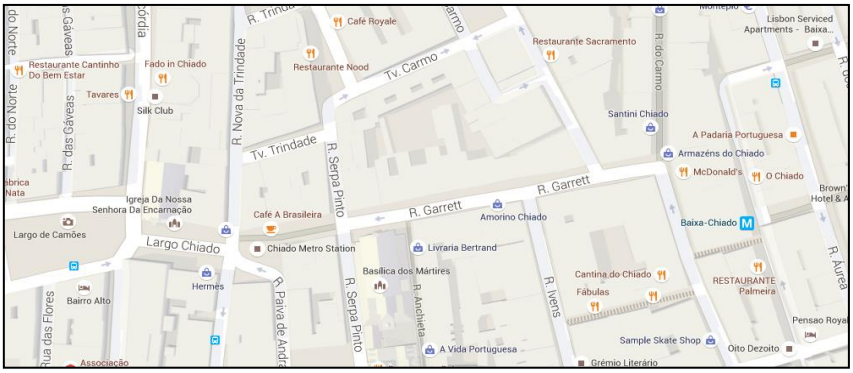

Ilustração 10 – Mapa da Rua Garrett e Zona Envolvente

Arquitectura

A Rua Garrett é delimitada por edifícios que têm entre 15m a 18m de altura, o que contribui para o seu carácter regular. As fachadas pombalinas apresentam semelhanças ao longo de toda a rua: o piso inferior destina-se a comércio e os pisos superiores apresentam jogos idênticos de vãos e materiais, provocando um dinamismo organizado, agradável à vista.

Ilustração 11 – Rua Garrett, Edifícios

Ocupação do Espaço

Os espaços com maior permanência de pessoas localizam-se em frente às fachadas dos edifícios com lojas, particularmente nos Armazéns do Chiado, ou em frente a esplanadas, no topo oposto da rua, junto ao Largo do Chiado.

A frente da Basílica de Nossa Senhora dos Mártires também é dos principais pontos de paragem, sendo as escadas usadas muitas vezes para descanso, bem como os recantos que oferecem alguma sombra em alguns momentos do dia. Quando a Basílica está em funcionamento, este é também um ponto de paragem dos turistas e frequentadores da Basílica.

Ao longo de toda a rua, a presença de músicos, pintores e vendedores ambulantes também cativam a atenção de quem percorre este espaço. Particularmente junto ao topo Este da rua, é frequente observar que os músicos e outros artistas de rua atraem a atenção de muitas pessoas, que ali permanecem a observar.

Ilustração 12 – Rua Garrett, Zona de Esplanadas

Ilustração 13 - Armazéns do Chiado

Ilustração 14 – Rua Garrett

Ilustração 15 – Artistas de Rua

Embora se trate de uma rua com tráfego automóvel, verifica-se que este não interfere com o carácter pedonal da rua, dado existir apenas um sentido de trânsito motorizado, cuja constância não se sobrepõe à presença de peões, significativamente maior. Deste modo, e atendendo ao facto de o trânsito circular em velocidade reduzida, devido também ao declive acentuado da rua, a presença de pessoas e a dinâmica observada não apresenta quebras, assistindo-se à livre circulação de pessoas nas zonas destinadas aos automóveis.

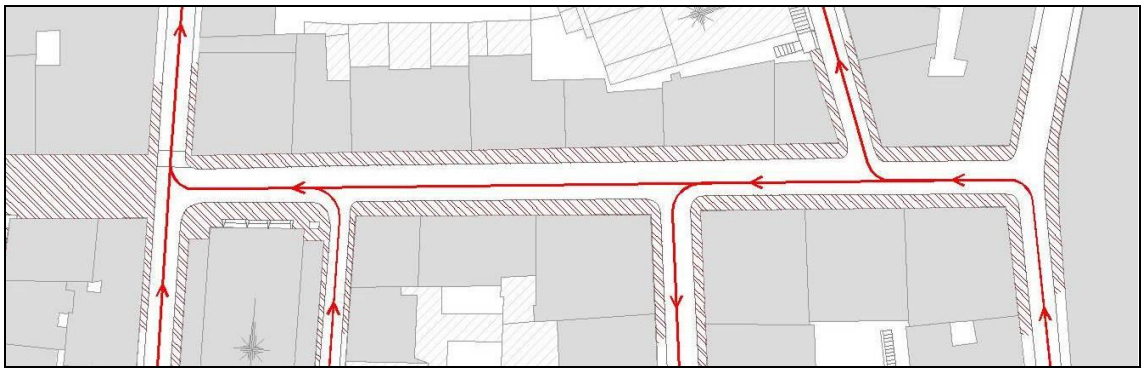

Ilustração 146 – Diagrama de Circulação Automóvel

5.1.2. RUA DE SÃO PAULO

Trata-se de uma via de cariz sobretudo local, paralela à Av. 24 de Julho, que faz a ligação entre a Avenida D. Carlos I (Santos) e a Rua do Arsenal (que faz a ligação com a Praça do Comércio). Identificam-se ao longo de quase toda rua a existência de estabelecimentos comerciais ao nível dos pisos térreos, sendo a maior parte de natureza tradicional.

Em tempos ido, esta zona da cidade constituía um ponto de particular interesse e movimento, por se situar nas proximidades do Cais do Sodré, local onde atracavam os navios. Os marinheiros permaneciam nesta zona durante vários dias, sendo que por aqui vivenciavam experiências, particularmente associadas ao lazer e à vida nocturna.

Estrutura

A Rua de São Paulo tem cerca de 400 metros de comprimento e 10m de largura, apresentando um traçado mais ou menos regular, com ligeiras oscilações ao longo de toda a rua.

Como elementos mais preponderantes, há a salientar a paragem do Elevador da Bica, que faz a ligação ascendente ao Bairro Alto, a Praça de São Paulo e o túnel, em cujo limite superior se estende a Rua do Alecrim, que faz a ligação entre o Cais do Sodré e o Largo Camões.

A presença do túnel, bem como a altura dos edifícios adjacentes, provocam nesta zona da Rua de São Paulo um estreitamento, que se abre logo depois, terminando com um largo, de acesso às ruas acima referidas.

A entrada para o elevador passa despercebida, integrada na fachada de um edifício.

A Praça de São Paulo constitui o único momento de paragem desta rua.

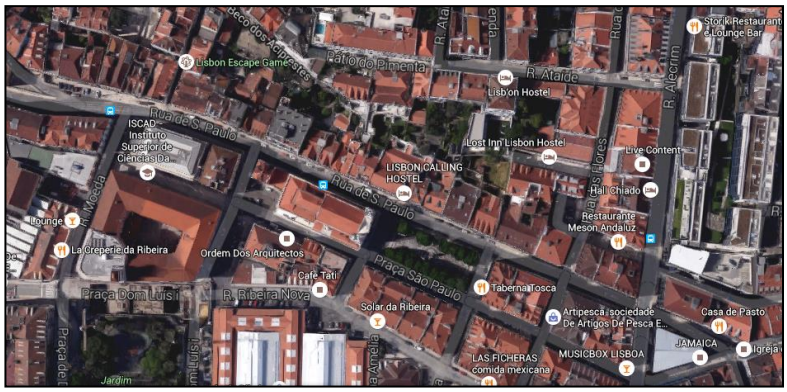

Ilustração 17 – Fotografia Aérea da Rua de São Paulo e Zona Envolvente

Ilustração 18 – Rua de São Paulo

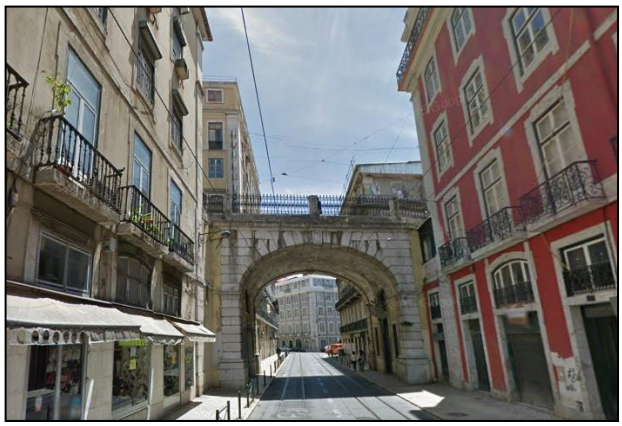

Ilustração 19 – Túnel na Rua de São Paulo (Este)

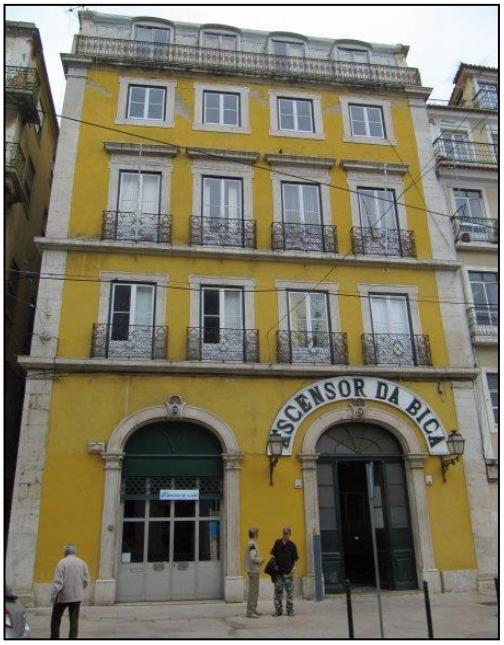

Ilustração 20 - Entrada do Ascensor da Bica

Fronteiras

A extremidade a Oeste dá origem a uma bifurcação de ruas, sendo uma a Rua da Boavista e a outra a Calçada de Salvador Correia de Sá, que constitui um dos acessos à zona de Santa Catarina.

A Este, a Rua de São Paulo culmina com um largo, que dá acesso a três ruas: a Rua do Corpo Santo, a Travessa do Corpo Santo e a Rua Nova do Carvalho.

A Praça de São Paulo, de dimensões rectangulares (30m de largura por 59m de comprimento), constitui o único momento de paragem, tornando a Rua de São Paulo mais liberta e mais desafogada.

No extremo Este, após a passagem pelo túnel, encontramos um momento de nova abertura, com a bifurcação de duas ruas. Este pequeno largo aqui criado constitui uma zona de divertimento nocturno, muito frequentado à noite.

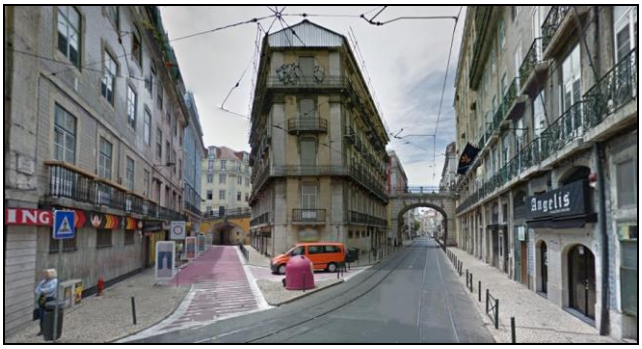

Ilustração 21 – Extremidade Este da Rua de São Paulo

Ilustração 152 – Extremidade Oeste da Rua de São Paulo

Arquitectura

Caracterizada por ser uma área com edifícios mais altos, de cinco ou seis pisos (15m a 18m de altura), esta área apresenta uma tipologia de edifícios que são o resultado de uma certa homogeneidade arquitectónica aliada a uma semelhança de antecedentes históricos. Poderão ser notórios alguns sinais distintivos mas não ao ponto de colocar em causa a imagem global.

É comum encontrar uma desorganização do espaço edificado bem como a deterioração das fachadas de edifícios, alguns envolvidos por uma arquitectura única e

histórica, que parecem ter ficado ao abandono. Alguns destes edifícios estão em fase de reabilitação.

No Largo de São Paulo observamos a Igreja de São Paulo, reconstruída sobre a anterior Igreja, que ficou grandemente destruída com o grande Terramoto de 1755. Em 1768 foram iniciadas as obras de reconstrução, seguindo o traçado típico do Convento de Mafra.

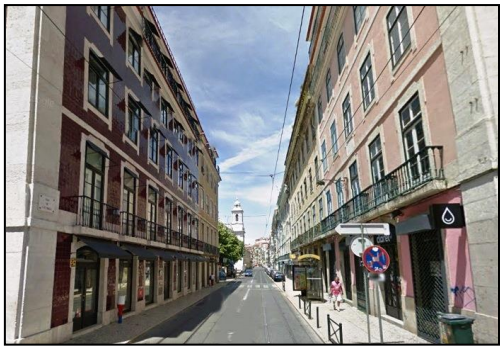

Ilustração 23 – Rua de São Paulo, Fachadas dos Edifícios

Ocupação do Espaço

Existem dois sentidos de trânsito (uma via em cada sentido) sendo que uma delas é destinada a veículos de transportes colectivos, com paragem de transportes colectivos na via. É permitido o estacionamento longitudinal num dos lados em alguns troços.

É uma zona de tráfego moderado, no entanto, a largura dos passeios não permite uma favorável afluência. A presença de pessoas ao longo da rua está principalmente associada à frequência de alguns estabelecimentos comerciais, sendo também utilizada como ponto de passagem a acesso a outras áreas.

A Praça de São Paulo, adjacente à Rua de São Paulo, apresenta alguma movimentação pedonal, verificando tratar-se de pessoas que atravessam esta zona pelo centro da Praça ou que ali permanecem nas esplanadas.

Esta rua encontra-se nas proximidades de um importante ponto de diversão nocturna (paralela à Rua Nova do Carvalho). De referir que a zona de finalização da Rua de São Paulo, a Este, constitui um prolongamento dessa zona de diversão, sendo uma zona particularmente movimentada durante o período nocturno.

Ilustração 24 – Praça de São Paulo

Ilustração 25 – Rua de São Paulo

5.1.3. PRAÇA DA FIGUEIRA

A Praça da Figueira localiza-se na Baixa de Lisboa, rodeada por espaços significativos desta zona da cidade, tais como, o Rossio, a Praça do Comércio, o Martim Moniz e o Largo de São Domingos. A sua localização e o facto de ser um elemento de ligação entre espaços significativos determinam a sua importância, reunindo várias funções, tais como: comércio, restauração, hotelaria, comunicação com vários transportes públicos.

Visualmente, a Praça da Figueira comunica com pontos altos: a Colina do Castelo, o Convento do Carmo e o complexo de São Roque.

Estrutura

A Praça da Figueira apresenta uma planta aparentemente quadrada (115m por 105m), com edifícios entre os 15m e os 18m. Ao entrar na praça é possível identificar os seus limites e a sua configuração, ficando-se com uma noção global da sua forma.

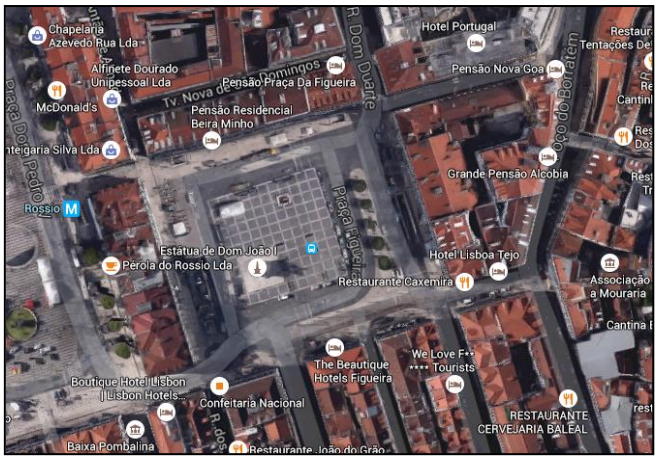

Ilustração 26 – Fotografia Aérea da Praça da Figueira e Zona Envolvente

Fronteiras

A sul, nas esquinas da praça, situam-se as vias de acesso, perpendiculares ao espaço da praça, desmaterializando as esquinas dos edifícios, e as ruas prolongam-se para o interior da praça, separando os edifícios do espaço central, o que se reflecte na dissimulação da sensação de volume.

A Praça da Figueira constitui um elemento de acesso à Baixa da cidade, no sentido descendente, e a duas importantes e significativas praças: o Rossio e o Martim Moniz.

Arquitectura

Os edifícios apresentam alguma heterogeneidade, sendo o piso térreo variável ao nível dos vãos, os últimos pisos apresentam características arquitectónicas diferentes, bem como os materiais das fachadas. No entanto, a leitura de conjunto está presente, através da apresentação global das fachadas, da Baixa Pombalina, desenho dos vãos, cores e soluções arquitectónicas.

Ilustração 27 – Praça da Figueira, Edifícios

Ocupação do Espaço

A Praça da Figueira apresenta um acentuado tráfego (transportes públicos e privados), movimentando-se com alguma dinâmica, circulando nas ruas, paralelas aos edifícios. Desta forma, não é possível que os peões circulem livremente neste espaço e é mais um factor que torna os edifícios isolados do espaço central.

Deste modo, existe um claro limite entre as zonas pedonais e as zonas de tráfego automóvel, visível nas diferenças de pavimentos e na largura das ruas, sendo factores limitativos do uso da praça, pela dificuldade no seu acesso.

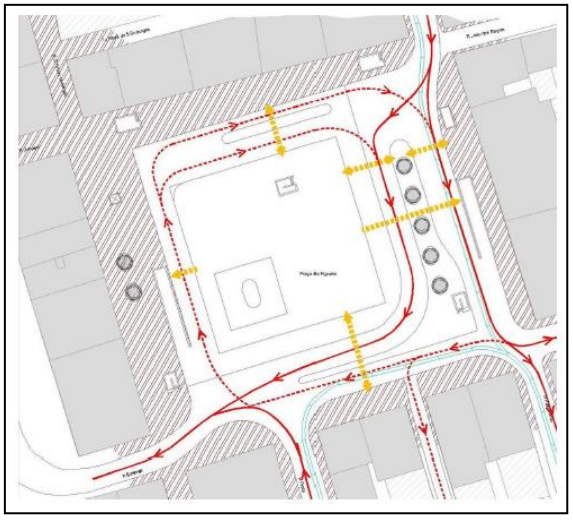

Ilustração 28 – Diagrama de Circuitos Automóveis

As dificuldades enfrentadas para poder vivenciar o espaço central da praça, conforme acima referido, acrescido à parca curiosidade provocada no observador, tornam a Praça da Figueira pouco convidativa. Ao chegar a este espaço, tem-se uma visão global da praça, o que restringe a curiosidade da sua descoberta. As características globais da praça são visíveis ao longe, não havendo pontos particulares para explorar.

Ilustração 29 – Praça da Figueira, Perspectiva Interior

No entanto, verifica-se que um grupo específico de pessoas ocupa o espaço central da praça: praticantes de skate, crianças a brincar ou a correr. Junto ao elemento central da praça (estátua de D. João I), são ainda observadas algumas pessoas que ali se sentam, aproveitando os degraus e a sombra.

As actividades que concentram maior população desenvolvem-se nas extremidades da praça: espera pelos transportes públicos, acesso aos edifícios, uso de esplanadas, contemplação da praça ao longe.

Os muros do acesso ao metro são também locais de paragem ou de permanência. Existe um fluxo significativo de atravessamento na diagonal.

Ilustração 30 – Praça da Figueira, Perspectiva Aérea

5.1.4. PRAÇA LUÍS DE CAMÕES

A Praça Luís de Camões situa-se no Bairro Alto, funcionando como uma zona de acesso ao mesmo e a outras zonas, apresentando por isso grande movimentação de tráfego automóvel, que contorna a praça como se de uma rotunda se tratasse.

Rodeada por edifícios de habitação, comércio, serviços e hotelaria, a praça reúne grande movimentação durante o dia. Além das pessoas que aqui se deslocam com um objectivo específico, verifica-se também forte presença de turistas, de pessoas a participar em determinadas actividades e em situações de lazer, parando na esplanada ou simplesmente junto aos bancos ou junto à estátua de Camões, situada no centro.

Estrutura

O espaço compreendido entre os edifícios que delimitam a praça tem uma largura de cerca de 50m e um comprimento de 90m. Os edifícios têm uma altura de 18m, sendo esta relativamente constante ao longo de toda a praça.

Ao entrar nesta praça e em qualquer ponto da mesma, temos a capacidade de percepcionar tudo o que está a acontecer, havendo domínio visual provocado pela organização da praça e pelo desnível do pavimento (6,5%). Deste modo, as relações são mais interactivas.

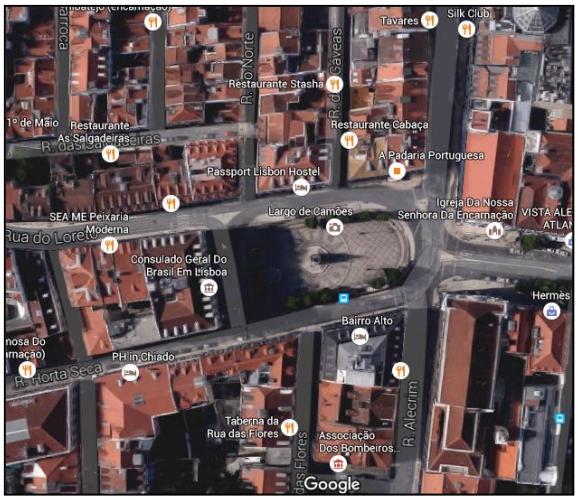

Ilustração 31 – Fotografia Aérea da Praça Luís de Camões e Zona Envolvente

Ilustração 32 – Praça Luís de Camões, Perspectiva Interior

Fronteiras

A Praça Luís de Camões é um ponto de convergência entre vários quarteirões, estando ligada a várias ruas, determinando ritmos. A rua mais larga é a existente entre as duas igrejas (25m) e a mais estreita tem 5m de largura.

Verifica-se a existência de uma zona central, ladeada pelas vias de circulação automóvel, com tráfego acentuado, uma vez que se trata de uma zona de acesso a várias zonas da cidade.

Um dos limites, a Este, tem uma via que liga a zona sul a norte da cidade. Esta via representa uma quebra entre a praça e o espaço para além da mesma.

A Sul da praça, como forma de protecção do desnível acentuado, temos um muro de cerca de 2m. Este muro tornou a praça protegida do desnível, proporcionando maior conforto aos utilizadores. Mas também a isolou dos edifícios localizados nesta zona, impedindo o contacto entre estes dois níveis.

Não obstante as irregularidades e o desligamento da praça causado pelos aspectos referenciados, este espaço é muito procurado e vivenciado, porque apesar do isolamento do espaço central provocado pelas vias circundantes, estas têm uma dimensão suficientemente pequena para permitir um fácil acesso.

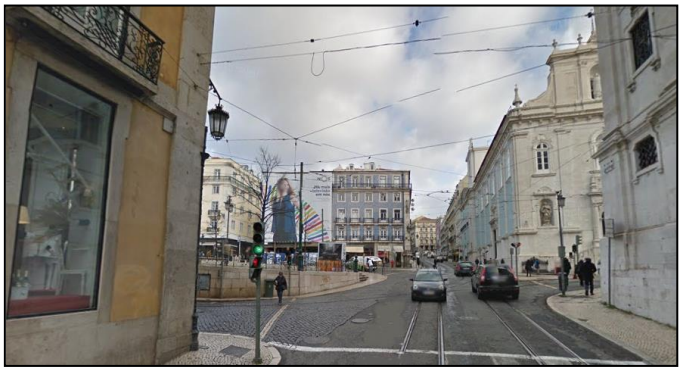

Ilustração 33 – Praça Luís de Camões, Intersecção com a Rua do Alecrim

Ilustração 34 – Praça Luís de Camões, Entrada para o Bairro Alto

Arquitectura

O desnível da área é acentuado e os edifícios, de arquitectura pombalina, acompanham estes desníveis, criando ritmos e dinamismo, fruto das variações das alturas.

A Este situam-se duas igrejas (Igrejas de N. Sra. do Loreto e a Igreja de N. Sra. da Encarnação), em comunicação frontal, determinando um momento de entrada na praça, com estrangulamento no espaço, para quem entra vindo daquela direcção. Após esta passagem, deparamo-nos, em frente, com o edifício central da praça, situado no ponto mais alto, que reforça a sua presença. A rua larga ladeada pelas duas igrejas transmite a ideia de continuidade, transformando a praça, não obstante o seu carácter, num espaço aberto.

Ilustração 35 – Praça Luís de Camões, Perspectiva da Rua do Alecrim

Ocupação do Espaço

As laterais da praça, junto aos edifícios, apresentam muita afluência de pessoas, não apenas pelas lojas (comércio, restauração, serviços), mas também por constituir um ponto de passagem e de ligação a outros espaços. Estes passeios, concretamente a norte da praça, estão habitualmente muito preenchidos.

O espaço central da praça é um importante ponto de circulação e de paragem. As pessoas espalham-se pela praça, na esplanada, junto aos muros/gradeamento ou bancos e particularmente junto à estátua, onde permanecem de pé ou sentadas nos degraus, usufruindo de um momento de descanso e de contemplação do espaço. Nesta zona podem ainda usufruir de sombra. Verifica-se ainda que algumas das pessoas utilizam o espaço central da praça como forma de a atravessar.

Ilustração 36 – Quiosque e Esplanada

Ilustração 37 – Estátua Luís de Camões

Ilustração 38 – Frequência Nocturna

Ilustração 39 – Dia de Manifestação

5.1.5. LARGO DAS PORTAS DO SOL

O Largo das Portas do Sol localiza-se numa das colinas de Lisboa, em Alfama, em plena zona histórica da cidade.
Constitui um dos pontos mais cenográficos de Lisboa pelo seu enquadramento e pela vista desafogada que proporciona. Deste Largo é possível avistar duas importantes igrejas, o Bairro da Graça e o Bairro de Alfama, com as suas características ruas, pátios e escadarias, que configuram um representativo cenário da cidade.

Neste largo localiza-se o antigo Palácio dos Condes de Azurara, onde actualmente funciona a Escola de Artes Decorativas, que constitui uma importante influência para as vivências do Largo.

Estrutura

A irregularidade da sua estrutura dificulta o reconhecimento dos seus limites de forma concreta, o que, de resto, é uma característica comum desta tipologia de Espaço Público.
A Oeste, o Largo é delimitado por edifícios e a Este o limite parece não estar estabelecido, uma vez que encontramos o miradouro. A Norte e Sul, o Largo é delimitado pelo estreitamento do espaço que surge com o aparecimento dos edifícios que marcam o perfil de rua.
Apesar desta irregularidade formal, em quase todos os pontos do largo conseguimos ter uma percepção global do espaço, em grande parte graças à sua topografia e ao desenho dos seus limites.
Embora com algumas dificuldades de precisão, é possível referir que o espaço em análise tem um comprimento de cerca de 77m e uma largura de cerca de 75m. Não obstante as dimensões formais, conforme acima referido, pelo facto de se tratar de um miradouro, o espaço parece estender-se além destes limites, como se o mesmo fosse ampliado de acordo com a visão que permite.

Há a referir a existência de dois espaços que, fazendo parte do Largo, poderão ser considerados como anexos ao mesmo, sobretudo pelas diferenças físicas detectadas. Um destes espaços situa-se em frente ao Palácio dos Condes de Azurara e o outro localiza-se na cobertura acessível do silo de estacionamento, em duas zonas distintas ao nível de cotas.

O primeiro espaço é delimitado por edifícios que o caracterizam e o projectam para a paisagem, contém cafés e restaurantes com esplanadas que se apropriam de parte do espaço, algumas árvores, a estátua de S. Vicente, bancos, paragens de autocarros e eléctricos. O segundo espaço assemelha-se a um terreiro que se divide em dois níveis, com forma angulosa. O espaço superior é amplo e serve a função de miradouro. O espaço inferior tem um espaço de cafetaria com esplanada.

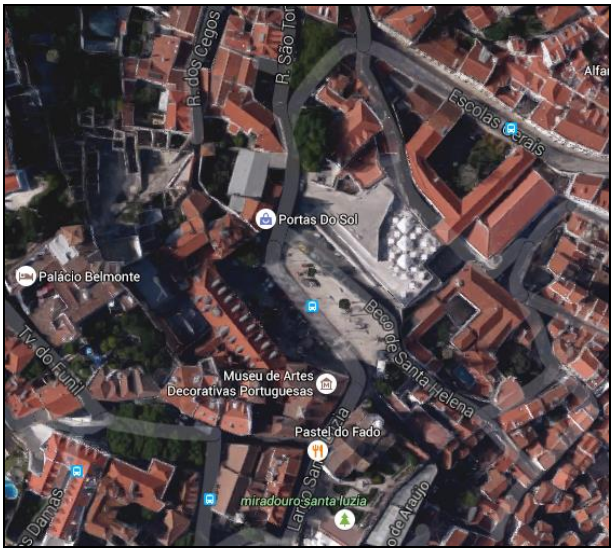

Ilustração 40 – Fotografia Aérea do Largo das Portas do Sol e Zona Envolvente

Ilustração 41 – Fotografia Aérea do Largo das Portas do Sol e Zona Envolvente

Fronteiras

O Largo é atravessado por uma rua (Rua São Tomé) que cruza os seus limites em dois extremos. Esta rua tem 7m de largura e dois sentidos de tráfego e apresenta uma velocidade de tráfego reduzida.

A largura da rua é suficientemente grande para potenciar a separação entre dois espaços: um corresponde ao espaço adjacente aos edifícios e o outro à zona onde se situa a estátua de S. Vicente. Esta zona dá acesso aos outros dois espaços acima referidos.

Arquitectura

O Largo das Portas do Sol é delimitado por edifícios com diferentes níveis de altura, variando entre os 6m e os 15m. As suas fachadas apresentam um traçado simples, são pintadas e com cantarias em pedra.

Não se identifica um sentido de comunhão global, no entanto, os edifícios funcionam como um todo na delimitação do cenário da paisagem, tornando-a fluida e acolhedora, potenciando a vontade de contemplação.

O Palácio dos Condes de Azurara destaca-se no conjunto pela sua cor avermelhada e pela sua cuidada apresentação e detalhe.

Ilustração 42 – Palácio dos Condes de Azurara

Ocupação do Espaço

Os dois espaços acima referidos (em frente ao Palácio dos Condes de Azurara e a cobertura do silo de estacionamento) e as suas diferenças impulsionam vivências muito distintas: o primeiro é mais rico em experiências e actividades, despoletando curiosidade e interesse na contemplação do que se passa em volta.

O segundo, na zona inferior, serve de um momento de permanência, particularmente quando o bom tempo o permite, sendo que a maior parte das pessoas permanece na vasta esplanada. Esta zona, situada 5m abaixo da zona superior, não proporciona as mesmas vivências do espaço acima. A zona superior deste espaço é usada por períodos de tempo mais curtos. Normalmente as pessoas dirigem-se a este espaço quando entram no Largo pela zona Norte. Pelo contrário, quem entra pelo lado oposto, consegue observar ao longe o conteúdo deste espaço, não havendo por isso necessidade em aproximar-se.

O espaço que contém a estátua de S. Vicente é o espaço mais convidativo à permanência das pessoas e o que maior número de pessoas e actividades reúne. Este espaço está separado pela via do espaço adjacente aos edifícios, perdendo pessoas para o primeiro, por reunir os elementos mais convidativos à permanência. Embora ambos os lados da rua tenham esplanadas, a que se localiza junto ao miradouro recebe maior número de pessoas por proporcionar uma ampla vista sobre a paisagem, que pode ser contemplada enquanto se está confortavelmente sentado a tomar uma bebida ou a conversar.

A base da própria estátua é um elemento usado como apoio à permanência. Com uma altura de apenas 20cm a partir do pavimento, é o suficiente para servir de assento a muitas pessoas e muitas outras servem-se do seu pedestal simplesmente para se apoiar. Embora a vista possa ser apreciada em diferentes locais do Largo, é o espaço junto à estátua que parece mais convidativo.

Ilustração 43 – Miradouro e Estátua de São Vicente

Ilustração 44 – Cobertura do Silo de Estacionamento

Ilustração 45 – Pátio Projectado

Há ainda a referir um espaço que se projecta para além do Largo, individualizado e isolado dos restantes espaços. Trata-se de uma espécie de pátio de 18m de comprimento por 9m de largura, acessível por um único ponto, mais estreito do que o resto do espaço. Neste ponto param habitualmente músicos, pintores e vendedores ambulantes, talvez por se tratar de uma zona onde obrigatoriamente as pessoas têm de passar para terem acesso ao pátio.

Num primeiro impulso à chegada ao Largo, é este ponto que capta a atenção, observando-se um percurso directo ao extremo frontal do espaço, onde geralmente as pessoas se agrupam a ver a vista.

5.1.6. LARGO DO RATO

O Largo do Rato é um importante acesso a diversos pontos da cidade de Lisboa, apresentando também uma variada zona de comércio e serviços públicos.

Ao nível dos transportes, apresenta grande fluxo, ocupando uma posição estratégica de distribuição tráfego, estabelecendo a ligação com várias zonas centrais da cidade, quer ao nível pedonal, como de transportes privados e públicos. Ao nível de transportes públicos, tem a estação terminal de uma das linhas de metro (amarela) e várias ligações a autocarros.

Estrutura

Trata-se de um Largo empenado, que corresponde talvez a um dos mais complexos nós rodoviários da Cidade, onde afluem várias importantes ruas.

Por se tratar de um Largo com formas heterogéneas, as suas dimensões são difíceis de precisar, no entanto, podemos referir que este espaço apresenta um comprimento de 130m e uma largura de cerca de 35m, aproximadamente.

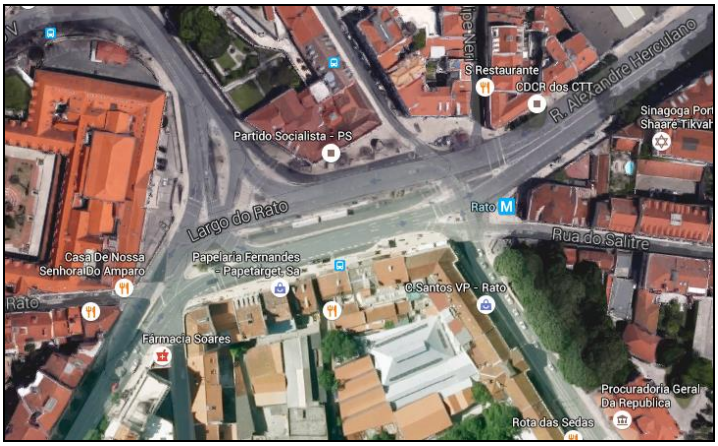

Ilustração 46 – Fotografia Aérea do Largo do Rato e Zona Envolvente

<u>Fronteiras</u>

O Largo do Rato fica situado entre várias artérias: Rua do Salitre, Rua da Escola Politécnica, Rua de São Bento, Avenida Álvares Cabral, Rua do Sol ao Rato, Rua das Amoreiras, Calçada Bento da Rocha Cabral, Rua de São Filipe Neri e Rua Alexandre Herculano. Todas estas artérias constituem-se de particular importância nas ligações estabelecidas com outros pontos da cidade: Príncipe Real, São Bento, Estrela, Amoreiras e Marquês de Pombal, apresentando, como acima referido, um elevado fluxo automóvel, conferindo elevado dinamismo ao Largo do Rato. As ligações entre as artérias e o Largo são de fluidez e a sua localização heterogénea conferem-lhe o seu desenho recortado, embora se assemelhe a uma figura rectangular.

<u>Arquitectura</u>

O Largo do Rato é marcado pela presença do Convento e proximidade da monumental Mãe-de-Água da Amoreiras que permitiu, no passado, a instalação de várias indústrias nas proximidades.

Este espaço possui frentes edificadas integradas na Carta Municipal do Património: o antigo Mosteiro do Rato (a Oste) e o Palácio dos Marqueses da Praia (a Norte). De referir, ainda, a fachada da antiga Papelaria Fernandes.

Possui frentes edificadas de dois imóveis de interesse público: a Real Fábrica das Sedas e o Palácio de Palmela (ambos na rua da Escola Politécnica).

Os edifícios, de natureza e carácter variado, apresentam dimensões idênticas, de cerca de 4 pisos, variando entre os 12m e os 15m.

Ilustração 47 – Edifícios, Largo do Rato

Ilustração 48 – Edifícios, Largo do Rato

Ocupação do Espaço

A localização estratégica do Largo do Rato e as ligações permitidas com zonas de Lisboa particularmente importantes traduz-se em problemas considerados graves ao nível da mobilidade pedonal.

O Espaço Público formado pelo Largo acaba por se transformar em rua, ficando de certo modo reduzido a um corredor de atravessamento. De facto, não apenas o elevado tráfego poderá estar na origem do “esquecimento” deste espaço como Espaço

Público, como a ausência de espaços de permanência induz as pessoas a este comportamento.
Não se identificam locais de permanência nem elementos arbóreos, sendo o mobiliário urbano reduzido às paragens de transportes públicos. As barreiras físicas (muros e gradeamentos) promovem cortes na leitura espacial do Largo.

Em conclusão, pode dizer-se que existe uma inversão de papéis, no sentido em que a via passa a ser o ponto central, condicionante e supressor do espaço de estadia pública, reduzindo-o a uma delimitação do seu próprio espaço. Esta valorização da sociedade motorizada é de tal forma imponente que a via pode ser vista como um abismo urbano, onde a única forma de passagem para o peão, o obriga a percorrer um caminho desnecessário.

Ilustração 49 – Largo do Rato, Ocupação do Espaço

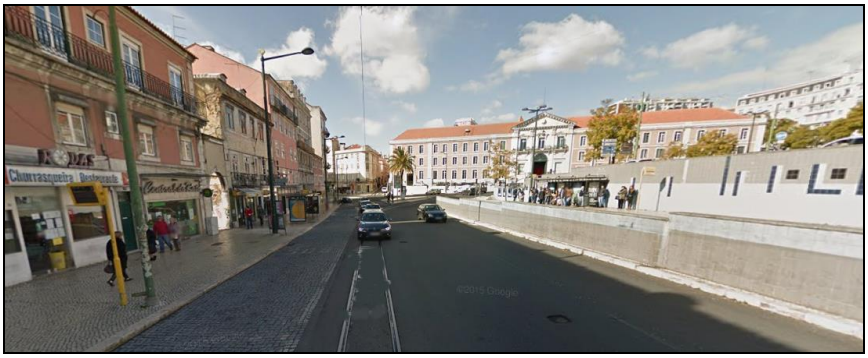

Ilustração 50 – Largo do Rato, Ocupação do Espaço

Ilustração 51 – Largo do Rato, Ocupação do Espaço

5.2. CASOS DE ESTUDO: ANÁLISE COMPARATIVA

Tabela 5 – Dimensões Globais dos Casos de Estudo

	Comprimento Médio (m)	Largura Média (m)	Proporção	Área Total (m2)	Número Médio de Pisos
Rua Garrett	186	13	1/14	2418	5/6
Rua de São Paulo	400	10	1/40	4000	5/6
Praça da Figueira	115	105	1/1	12075	5/6
Praça Luís de Camões	90	50	1/2	4500	6
Largo das Portas do Sol	77	75	1/1	5775	5
Largo do Rato	130	35	1/3,7	4550	4

A Tabela 5 refere-se às dimensões globais dos espaços analisados neste trabalho. Na sua execução sentimos especial dificuldade em estabelecer as dimensões dos largos, uma vez que a sua irregularidade formal faz com que a variação das suas dimensões seja muito elevada. Ainda assim, registámos as suas dimensões médias para podermos estabelecer parâmetros de comparação entre eles.

Da leitura da Tabela verifica-se que a tipologia Rua apresenta uma proporção variável, sendo o seu comprimento muito superior à largura. Para Carlos Caro e Juan Rivas[40], esta correlação dependerá da sua função, sendo de referir que as ruas estreitas, ao permitirem maior facilidade de comunicação com os dois lados, favorecem o comércio e as relações humanas, pelo estímulo e atracção que a proximidade visual provoca.

A mesma Tabela indica-nos que as tipologias Praças e Largos apresentam uma proporção equilibrada na relação entre comprimento e largura. Carlos Caro e Juan Rivas[41] defendem que poderá ser estabelecida a seguinte relação para que um espaço regular, por exemplo uma praça, se tornar mais agradável e motivador de experiências: o comprimento do espaço não deve ser maior do que o triplo da largura.

[40] CARO, Carlos Martinez; RIVAS, Juan Luis(1990) – Arquitectura urbana – elementos de teoria y diseño, 2ª edição. Madrid:. Libreria Editorial Bellisco.
[41] IDEM

De acordo com Gordon Logie, na interpretação de Carlos Caro e Juan Rivas[42] no que concerne às formas fundamentais da tipologia Praça, a Praça da Figueira, com a sua forma quadrada, apresenta uma grande equidade, o que tende a criar alguma dificuldade no destaque de elementos. Já a Praça Luís de Camões, com a sua forma rectangular, apresenta um desenho de planta que permite realçar edifícios, sendo mesmo considerada por este autor como a "praça com clímax para um edifício".

Paul Zucker[43] é um dos autores, entre outros, que engloba os largos nas tipologias de praças amorfas, por terem características espaciais, funcionais e sociais aparentemente semelhantes, apresentando, no entanto, uma forma muito mais irregular e informal que estas. Nos casos estudados, verifica-se que o carácter do Largo do Rato difere substancialmente do carácter do Largo das Portas do Sol, podendo este último equiparar-se a uma Praça, ao contrário do primeiro, onde a presença humana é efémera.

Todos os espaços em análise apresentam um número médio de pisos idêntico, variando entre os 4 pisos e os 6 pisos. Em cada um dos espaços, a altura dos edifícios é aproximada, o que transmite o conceito de homogeneidade a quem os percorre. A proporção entre as diversas dimensões (comprimento, largura e altura) determina a percepção que se tem do espaço e o seu sentido de contenção e de unicidade. Para Gemzoe Gehl (2006)[44], um dos critérios que permite definir a qualidade do Espaço Público é a "Escala Humana", isto é, as infra-estruturas devem relacionar-se com o utilizador tendo por base a "perspectiva dos olhos das pessoas".

De acordo com Carlos Caro e Juan Rivas[45], os planos laterais das ruas provocam efeitos nos seus utilizadores. Assim, no caso da Rua Garret, onde os edifícios apresentam ritmos, provocados não só pela plasticidade das fachadas mas também pela altura variável (fruto do declive acentuado da rua), a profundidade da rua é encurtada.

[42] IDEM
[43] cit. in. Matthew CARMONA; Tim HEATH; Taner OC; Steve TIESDELL – Public places urban – spaces: the dimensions of urban design. 1ª edição. Oxford: Architectural Press, 2003.
[44] GEHL, G. (2006) New City Life. Copenhagen: The Danish Architectural Press.
[45] CARO, Carlos Martinez; RIVAS, Juan Luis(1990) – Arquitectura urbana – elementos de teoria y diseño, 2ª edição. Madrid:. Libreria Editorial Bellisco.

Mesmo perante dimensões totais idênticas, verifica-se que as vivências não se assemelham. Isto permite-nos afirmar que a forma ou dimensões dos espaços não devem nunca ser analisadas isoladamente, ainda que por vezes se verifique que espaços com áreas mais pequenas induzem mais facilmente a ideia de conforto, tornando-se mais convidativos, uma vez que estes espaços permitem maior proximidade entre as pessoas, facilitando a participação em actividades. No entanto, a variedade de elementos caracterizadores de um espaço é tão grande que só a análise conjunta nos pode dar pistas acerca do carácter e das vivências de cada um.

Tabela 6 – Áreas de Ocupação do Pavimento: Pedonal/Circulação de Veículos

	Zona Pedonal	Zona de Veículos	Velocidade de Circulação Automóvel
Rua Garrett			*
Rua de São Paulo			***
Praça da Figueira			***
Praça Luís de Camões			***
Largo das Portas do Sol			**
Largo do Rato			****

O Largo das Portas do Sol destaca-se pela zona exclusivamente pedonal que oferece (cerca de ¾ do espaço total), o que se reflecte na facilidade de circulação pedonal, na facilidade de desenvolvimento de contactos interpessoais e de relação com o espaço.

Em contraponto podemos referir a Rua de São Paulo e o Largo do Rato, cuja circulação automóvel se sobrepõe à circulação pedonal. Os passeios com larguras reduzidas são pouco convidativos e, se a isto acrescentarmos o facto de o trânsito motorizado apresentar uma velocidade de circulação elevada, o risco aumenta, não sendo confortável caminhar nestes espaços. Nestas situações, continua a haver circulação de pessoas a pé, no entanto, esta ocorre a maior velocidade, sendo apenas um ponto de passagem, não se observando pessoas a caminhar lentamente ou a passear.

No caso da Praça Luís de Camões, não obstante apresentar dimensões idênticas para circulação de automóveis e de peões, verifica-se que tal não limita as vivências, podendo concluir-se que o automóvel e o peão podem coabitar, desde que o impacto da presença de veículos motorizados não retire a liberdade de movimentos das pessoas.

As vivências das pessoas que usam a Rua Garrett não ficam subjugadas às que usam o automóvel, devendo-se este facto à velocidade de circulação e à configuração da via, que são a possibilidade ao peão de usar também o espaço de veículos para circular.

Poderíamos concluir que uma área com menor acesso a veículos motorizados apresenta maior número de pedestres. E esta verdade, de facto, verifica-se em grande parte das realidades. No entanto, não é regra, podendo constatar-se que a Praça da Figueira, não obstante oferecer uma zona pedonal superior à zona de veículos, não reúne, na realidade, um número significativo de pessoas. Carlos Caro e Juan Rivas[46] referem que quando as ruas são perpendiculares às esquinas, estas parecem separar as fachadas dos edifícios do espaço do pavimento, o qual se transforma numa ilha central. Neste caso a sensação de volume fica desvirtuada pelas aberturas. Esta situação pode observar-se na Praça da Figueira.

Para Gemzoe Gehl (2006)[47], um dos critérios que contribuem para a qualidade de um Espaço Público e contribuem para uma classificação positiva ou negativa é a Protecção contra o tráfego. Isto é, a segurança dos utilizadores e a forma como lhes é proporcionada mobilidade num determinado espaço é fundamental. Também para Brandão (2002)[48], o critério Segurança, Conforto e Aprazibilidade constitui condição substancial para a vida dos cidadãos.

Podemos referir que o uso de pavimento varia muito de caso para caso, mesmo quando as áreas totais são semelhantes e os espaços pertencem à mesma categoria de Espaço Público. Esta diferença na ocupação do pavimento tem implicações nas vivências dos espaços e, consequentemente, nas actividades nele desenvolvidas, uma

[46] CARO, Carlos Martinez; RIVAS, Juan Luis(1990) – Arquitectura urbana – elementos de teoria y diseño, 2ª edição. Madrid:. Libreria Editorial Bellisco.
[47] GEHL, G. (2006) New City Life. Copenhagen: The Danish Architectural Press.
[48] BRANDÃO, P., 2002 – O chão da cidade: Guia de Avaliação do Design de Espaço Público, 1ª Ed. Lisboa: Centro Português do Design.

vez que apenas quando se caminha a pé se consegue estabelecer uma relação com as outras pessoas e com o próprio espaço.

O tráfego automóvel tem um grande impacto nas vivências do Espaço Público, podendo isolar espaços, implicando a perda da sua essência. Um espaço onde impera o ruído e a insegurança nunca será um espaço atractivo, pelo que é de extrema importância alcançar sintonia entre o tráfego viário e o pedonal.

Tabela 7 – Identificação de Condições de Permanência

	Mobiliário Urbano	Sombras/Abrigos	Esplanadas	Transportes Públicos	Estacionamento Automóvel
Rua Garrett	**	*	**	***	*
Rua de São Paulo	*	*	**	***	**
Praça da Figueira	**	*	**	***	****
Praça Luís de Camões	****	**	**	***	****
Largo das Portas do Sol	****	***	***	***	****
Largo do Rato	*	*	**	****	***

Espaços convidativos para a permanência de pessoas normalmente estão associados à presença de mobiliário urbano (bancos para sentar), sombras ou abrigos para os momentos do ano e do dia em que se tornam indispensáveis, esplanadas de cafés ou restaurantes. Torna-se desagradável, difícil andar a pé e impossível passar o tempo nas áreas públicas na ausência destes elementos.

Também a proximidade de transportes públicos favorece a circulação de pessoas, facilitando a chegada a determinados espaços. No entanto, estes podem indicar movimento passageiro, em que as pessoas percorrem um determinado espaço para atingir um objectivo.

Para Gemzoe Gehl (2006)[49], a Protecção contra experiências sensoriais desagradáveis, através da criação de mobiliário urbano de protecção, constitui uma condição de permanência fulcral dos Espaços Públicos.

[49] GEHL, G. (2006) New City Life. Copenhagen: The Danish Architectural Press.

Segundo Brandão, o projecto de Espaço Público deve permitir receber as estruturas necessárias à sua implementação e promover uma leitura urbana contínua, bem como devem estar acessíveis e estar dotados de características para receber toda a população (Conceitos de Continuidade e Permeabilidade; de Mobilidade e Acessibilidade).

Tabela 8 – Identificação de Equipamentos/Actividades

	Comércio	Restauração	Serviços	Actividades de Lazer
Rua Garrett	****	**	**	****
Rua de São Paulo	***	*	*	*
Praça da Figueira	***	****	*	**
Praça Luís de Camões	**	**	**	****
Largo das Portas do Sol	*	***	*	****
Largo do Rato	**	**	***	*

A motivação principal que leva as pessoas a permanecer num determinado espaço relaciona-se principalmente com a oferta ao nível do lazer. Os espaços com esta capacidade conseguem reunir maior permanência de pessoas.

Pelo contrário, os espaços que oferecem acesso a comércio, serviços, restaurantes, entre outros, conseguem reunir maior movimentação de pessoas, isto é, verifica-se grande afluência e também rotatividade de pessoas, não permanecendo nos espaços e apenas ali se dirigindo com um objectivo específico.

O critério de Diversidade e Adaptabilidade, segundo Gehl[50], prevê que um Espaço Público ofereça diversidade de usos para que se torne atractivo e ajustado a todo o tipo de população. Apenas desta forma ele poderá promover a reunião de todo o tipo de pessoas.

A observação de actividades é uma característica que atrai muito a atenção das pessoas. Por exemplo, um músico ou um pintor de rua, bem como outros artistas, no momento em que se dedicam à sua actividade são habitualmente foco de atenção

[50] GEHL, G. (2006) New City Life. Copenhagen: The Danish Architectural Press.

generalizada. Se por outro lado as pinturas estiverem expostas ou a música estiver a tocar sem presença de músicos, as pessoas tendem a não parar para observar com a mesma facilidade.

Observando as duas últimas tabelas, podemos concluir que os espaços com maior afluência de pessoas são aqueles que oferecem acesso a equipamentos, comércio, serviços, património, cultura e lazer.

Tabela 9 – Formas de Ocupação do Espaço

	Caminhar (marcha rápida)	Passear (marcha lenta)	Observar	Parar/ Sentar	Tráfego Automóvel
Rua Garrett	**	***	****	**	*
Rua de São Paulo	***	*	**	*	***
Praça da Figueira	***	*	*	*	***
Praça Luís de Camões	***	**	**	***	***
Largo das Portas do Sol	**	****	****	****	**
Largo do Rato	****	*	*	*	****

Da correlação entre a Tabela 5 (Dimensões Globais dos Casos de Estudo) e a Tabela 9, podemos concluir que a porção de espaço livre não indica, por si só, maior permanência de pessoas nos espaços.

As diferentes formas de ocupação do espaço influenciam as vivências dos mesmos, podendo observar-se que as áreas com maior capacidade de ocupação pedonal tendem a reunir maior concentração de pessoas. No entanto, estes espaços também sofrem influências do tipo de actividades que podem ser desenvolvidas.

Nas ruas onde predomina o comércio, verifica-se concentração de pessoas, no entanto, a velocidade de circulação é grande. Contrastando com esta realidade, podemos referir os espaços onde há maior concentração de pessoas e maior permanência das mesmas estão associados à possibilidade de usufruir de momentos de paragem, de miradouros, mobiliário urbano ou esplanadas.

Os itens analisados na Tabela 9 estão previstos nos critérios de qualificação do Espaço Público defendidos por Gemzoe Gehl[51]: Espaço para caminhar; Espaços de permanência; Ter onde se sentar; Possibilidade de observar e Oportunidade de conversar. A identificação destas características está, segundo o autor, relacionada com um Espaço Público capaz de corresponder às necessidades de locais de encontro e comunhão.

Estas características influenciam positivamente o tipo de relações estabelecidas entre as pessoas, potenciando algum tipo de contacto entre as mesmas, ainda que informal ou sem comunicação verbal. De referir, ainda, que as pessoas têm tendência a ser atraídas pela presença de outras, ou seja, o facto de se detectar um grupo parado a observar determinada actividade ou a admirar a vista é, à partida, um factor atractivo para passar a incluir esse grupo.

[51] GEHL, G. (2006) New City Life. Copenhagen: The Danish Architectural Press.

5.3. CONCLUSÕES ESPECÍFICAS

O estudo da vida urbana nos Espaços Públicos seleccionados permitiu avaliar o modo como as pessoas interagem com os mesmos e como estes as estimulam a realizar as mais variadas actividades, a permanecer nos espaços ou simplesmente a percorrê-los.

A análise das variáveis permitiu confirmar a existência de espaços públicos com menores vivências, onde a vida urbana pedonal é escassa ou ocorre de modo esporádico e a existência de espaços com boa acessibilidade, onde a vida urbana é mais intensa e diversificada, assumindo-se como espaços de passagem obrigatória.

O estudo corroborou ainda a convicção de que a zona histórica de Lisboa, dotada de actividades e equipamentos e com boas acessibilidades em termos de transportes, compreende áreas onde as pessoas gostam de estar no seu dia-a-dia ou em lazer. A permeabilidade do sistema espacial revelou-se muito boa em determinados espaços, quer no período diurno quer no período nocturno, o que implica oferecer uma grande variedade de actividades, atractivas para públicos diversos.

O estudo permitiu também reavivar a ideia de que a qualidade do desenho urbano (largura dos passeios, área de espaço público pedonal), a presença de mobiliário urbano (bancos), a qualidade ambiental do espaço (áreas de sombra), foram factores que permitiram atestar a agradabilidade do espaço e a dinâmica das relações entre o espaço e as pessoas, tendo-se verificado que o primeiro estimulou as segundas a permanecerem na zona durante mais algum tempo.

A análise realizada permitiu concluir a existência de uma correlação importante entre as variáveis caracterizadoras da agradabilidade do ambiente urbano e da diversidade de funções existente no espaço urbano e o número e tempo de permanência das pessoas no espaço público, bem como com as actividades que estas aí desenvolveram.

Deste modo, pode-se concluir que não só a qualidade do espaço público e a mistura de funções que ocorre no espaço urbano influenciam o modo como este é utilizado pelas pessoas, como, por outro lado, também se observam diferentes comportamentos destas em função do tipo de actividade que pretendem realizar no

espaço público, o que, por sua vez, conduz à maior utilização desses espaços em detrimento de outros, em função das suas características físicas e urbanas e da posição que ocupam na rede de ligações urbanas que asseguram.

6. CONCLUSÕES

O comportamento humano é intrinsecamente "situacional"[52], uma vez que se enquadra no contexto. A configuração física, as actividades e os significados constituem três elementos fundamentais para a identidade dos lugares. Mas o sentido de lugar só ganha significado com a interacção humana com estes três elementos.

De facto o ambiente físico exerce influência determinante sobre o comportamento humano. No entanto, as pessoas não são elementos passivos, isto é, elas próprias influenciam e alteram o ambiente. Deste modo, podemos falar de um processo bilateral.

O espaço existencial, segundo Carlos Caro[53], é associado a conceitos de relação homem/espaço que se desenvolvem através da dimensão psicológica do homem com o meio ambiente, das relações conceptuais abstractas, das relações afectivas e das necessidades criativas que o homem no uso do espaço. Neste circuito de interdependências há ainda a referir a sociedade e cultura.

Em suma, um ambiente é caracterizado não apenas pelos seus elementos físicos, mas também pela estrutura em que o mesmo se verifica. O espaço e a sociedade estão intimamente relacionados. Não é possível conceber espaço sem conteúdo social, nem sociedade sem a componente espacial.

Da análise dos Espaços Públicos, foi possível identificar determinados padrões de comportamentos adoptados. Podemo-nos referir a estes comportamentos como padronizados porque foram verificados na maioria das pessoas. No entanto, podem-se também observar comportamentos distintos, que poderão surgir associados a alterações no espaço social, nomeadamente quando ocorrem eventos culturais com características muito específicas. O comportamento humano é influenciado pelas características específicas de cada espaço, podendo no entanto ser idêntico em espaço distintos, desde que os estímulos sejam semelhantes.

[52] GEHL, Jan (2001) – Life between buildings – using public space. 4ª edição. Arkitektens Forlang, The Danish Architectural Press.
[53] CARO, Carlos Martinez; RIVAS, Juan Luis(1990) – Arquitectura urbana – elementos de teoria y diseño, 2ª edição. Madrid: Libreria Editorial Bellisco.

A presença de pessoas num espaço é determinante para atrair outras pessoas para esse espaço, possivelmente pela curiosidade que o grupo de pessoas reunido a observar determinada situação poderá gerar nos outros.

Verifica-se também que a presença simultânea de várias actividades estimula outras, ou seja, a vida nos Espaços Públicos é um "processo de auto-reforço"[54] Ou seja, quanto maior número de oferta de variedade, maior a atenção e o interesse. Por exemplo, habitualmente as pessoas sentam-se nos bancos que permitem visualizar o que se passa no espaço onde estão. De referir, ainda, que mais importante do que o número de pessoas no espaço é o período em que ali permanecem, sendo este factor que mais influencia a chegada de novas pessoas.[55] De referir, no entanto, a excepção: a presença de sem-abrigo ou de indivíduos com comportamentos indesejáveis. Neste caso, esta presença não atrai, mas por outro lado, afasta a presença de novas pessoas, devido ao facto de ser colocada em causa a sua segurança e conforto.

Avaliar e entender as vivências dos Espaços Públicos Urbanos é fundamental para manter o conceito de cidade como palco de interacções. Esta observação permite entender a componente física e social dos Espaços Públicos, de forma a aumentar as suas potencialidades.

Não obstante terem sido mencionados critérios que poderão constituir-se importantes para o desenho de um Espaço Público, capaz de corresponder às necessidades dos seus utilizadores, este não se afigurou um objectivo na concepção do presente trabalho. Pretendeu-se reflectir sobre a sensibilidade dos utilizadores e sobre a verdadeira essência de um Espaço Público Urbano acessível a todos, dotado de uma conjuntura capaz de promover e estimular as vivências urbanas, tendo sempre presente que estes dois conceitos são indissociáveis e sustentam-se mutuamente.

[54] GEHL, Jan (2001) – Life between buildings – using public space. 4ª edição. Arkitektens Forlang, The Danish Architectural Press.
[55] IDEM

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, L.M. (2007). Avaliação de Espaços Públicos: o caso de duas praças no concelho de Caminha. Braga: Escola de Engenharia da Universidade do Minho. Dissertação de Mestrado.

ASCHER, François (2008) Novos Princípios do Urbanismo. Lisboa: Livros Horizonte.

BALOTTA DE OLIVEIRA, P. e BITAR, O. (2006) Indicadores ambientais para o monitoramento de Parques Urbanos. *in* http://www.interfacehs.sp.senac.br/br/artigos.asp?ed=11&cod_artigo=196.

BRANDÃO, P., 2002 – O chão da cidade: Guia de Avaliação do Design de Espaço Público, 1ª Ed. Lisboa: Centro Português do Design.

CARMONA, Matthew; HEATH, Tim; OC, Taner; TIESDELL, Steve (2003) – Public places urban – spaces: the dimensions of urban design, 1ª edição. Oxford: Architectural Press.

CARO, Carlos Martinez; RIVAS, Juan Luis(1990) – Arquitectura urbana – elementos de teoria y diseño, 2ª edição. Madrid:. Libreria Editorial Bellisco.

CASTRO, Luiz Guilherme Rivera *in* http://au.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/232/o-que-e-espaco-publico-292045-1.aspx.

Department for Transports (2007) Manual for Streets: a summary. *in* http://www.dft.gov.uk/pgr/sustainable/manforstreets/

FRANCISCO, Marlene Duarte. ESPAÇO PÚBLICO URBANO: Oportunidade de Identidade Urbana Participada. Lisboa.

GEHL, G. (2006) New City Life. Copenhagen: The Danish Architectural Press.

GONÇALVES, Jorge Manuel (2006) – Os espaços públicos na reconfiguração física e social da cidade. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

HEITOR, Teresa Frederica Tojal de Valsassina (1996) – A vulnerabilidade do espaço em Chelas: uma abordagem sintáctica. Lisboa: Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa. Dissertação para a obtenção do Grau de Doutor em Engenharia do Território.

KRIER, Robert (1975) – L'espace de la ville. Belgica: AAM editions.

LYNCH, Kevin (2007) – A Boa Forma da Cidade. Lisboa: Edições 70.

MADDEN, K; WILEY-SCHWARTZ, A. (2000) – How to Turn a Place Around: a handbook for creating successful public spaces. Project for Public spaces, Inc. New York: Project for Public Spaces.

Mora, M. (2009) – Indicadores de Calidad de Espacios Públicos Urbanos, para la vida ciudadana, en Ciudades intermedias. Los pueblos americanos: câmbios y continuidades. La construcción de lo próprio en un mundo globalizado. 53º Congresso Internacional de Americanistas. Cidade do México.

RIBEIRO, L., BARÃO, T. (2007) Spatial concepts as vehicles to communicate landscape conservation strategies. *in* BUNCE, R et al. (eds). 25 years of Landscape Ecology: Scientific Principles in Practive. Proceedings of the 7º IALE World Congree.

SEELEY, Ivor H. (1973) – Outdoor Recreation and the Urban Environment. Londres: Macmillan Press Lda.

VAZ, L., SARAIVA, M. (2007) Requalificação de margens e cursos de água urbanos. Como avaliar o Sucesso. VII Congresso Ibérico de Urbanismo. Planeamento Municipal – Casos de sucesso. Açores.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Fernando Manuel Brandão (2003) – Avaliação da qualidade do Espaço Público Urbano: proposta metodológica. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

AMORIM, Luis da Silva (2001) – Vittorio Gregotti: O pensamento e o Centro Cultural de Belém. Lisboa: Universidade Lusíada de Lisboa. Dissertação para a obtenção do grau de mestre.

BAEZA, Alberto Campo (2004) A ideia construída. Casal da Cambra. Caleidoscópio.

BAUMAN, Zygmunt (2011) – Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Zahar.

BENEVOLO, Leonardo (1984) – A cidade e o arquitecto. Lisboa: Edições 70.

CASTRO, Alexandra (2002) – Espaços Públicos, Coexistência Social e Civilidade – Contributos para uma Reflexão sobre os Espaços Públicos Urbanos, *in* Cidades, Comunidades e Territórios, n.º 5, CET – ISCTE.

DAMÁSIO, António R. (2005) – O Erro de Descartes – Emoção, Razão e Cérebro Humano. 24º edição. Sintra: Publicações Europa-América.

DIAS, Maria João e BORRACHO, Carlos (2010) – O Espaço e o Homem, perspectivas multidisciplinares. Edições Sílabo.

FAVACCHIO, Alberto Rizzone (2002) – O Planeamento do Espaço Público e a Qualidade das Cidades. Lisboa: Dissertação para a obtenção do grau de mestre em Planeamento Regional e Urbano.

FERNANDES, A. (2012) – Metodologias de Avaliação da Qualidade dos Espaços Público. Porto: Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado.

GOFFMAN, Erving (2007) – A representação do eu na vida quotidiana. 14ª edição, Petrópolis: Editora Vozes.

GOFFMAN, Erving (2010) Comportamento em Lugares Públicos. Petrópolis: Editora Vozes.

HEIDEGGER, Martin – Construir, Habitar e Pensar. *in* WWW:<http://www.prourb.fau.ufrj.br/jkos/p2/heidegger_construir,%20habitar,%20pensar.pdf>

GEHL, Jan (2001) – Life between buildings – using public space. 4ª edição. Arkitektens Forlang, The Danish Architectural Press.

GOFFMAN, Erving (2010) – Comportamento Em Lugares Públicos. Petrópolis: Editora Vozes.

GONÇALVES, Jorge Manuel (2006) – Os Espaços Públicos na reconfiguração física e social da cidade. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

JACOBS, Jane (2009) – Morte e Vidas das Grandes Cidades. (2.ª Edição) São Paulo: Martins Fontes.

LAKI, Raquel Cristina e LIPAI, Alexandre Emílio (2007) – Percepção e uso do espaço em Arquitetura e Urbanismo: um ensaio no Ambiente Construído *in* ftp://ftp.usjt.br/pub/revistaic/pag17_edi01.pdf

Liga Académica de Análise do Comportamento do Piauí *in* http://www.redepsi.com.br/2008/04/07/arquitetura-urbanismo-e-an-lise-do-comportamento-uma-possibilidade/

LYNCH, Kevin (2008) – A Imagem da Cidade. Lisboa: Edições 70.

MELA, Alfredo (1999) – A Sociologia das Cidades. Lisboa: Estampa

MUGA, Henrique (2005) – Psicologia da Arquitectura. Canelas: Gailivro

PORTAS, N. (2007) – A Cidade Como Arquitectura (2ª edição). Lisboa: Livros Horizonte.

TÁVORA, Fernando (2004) – Da Organização do Espaço. Porto : FAUP Publicações.

WATSON, Donald; PLATTUS, Alan; SHIBLEY, Robert – Time-saver standards for urban design. Nova York.

ZEVI, Bruno (1996) - Saber ver a arquitectura. São Paulo: Martins Fontes.

ZEVI, Bruno (1980) – A linguagem moderna da arquitectura. Lisboa: Edições D. Quixote.